



2019

Relatório e Contas

ambisousa® 

1. Introdução

O Conselho de Administração da Ambisousa, no cumprimento do disposto no artigo 16.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, bem como do artigo 29.º dos Estatutos da Empresa Pública Intermunicipal Ambisousa, apresenta os instrumentos de prestação de contas da empresa, o relatório da sua atividade e o parecer do fiscal único.

Lousada, 15 de abril de 2020

O Conselho de Administração,



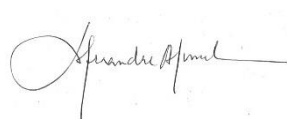
Dr. Antonino Sousa

Presidente



Dr. Nuno Fonseca

Vogal



Dr. Alexandre Almeida

Vogal

Mensagem do Conselho de Administração:

A Ambisousa foi oficialmente criada em outubro de 2002, tendo iniciado a sua atividade em janeiro de 2003.

Ao longo destes dezassete anos, com grande empenho, foi possível passar da selagem das antigas lixeiras para soluções que foram incorporando as melhores tecnologias disponíveis a cada momento.

Assim, numa primeira fase e como alternativa às lixeiras, construíram-se dois aterros sanitários utilizando as melhores tecnologias disponíveis à época.

Numa lógica de redução dos resíduos conduzidos a aterro, apostou-se também, fortemente, na reciclagem. Com o apoio dos fundos comunitários, começou por se melhorar a rede da recolha seletiva, a aumentar as campanhas de sensibilização ambiental e a dar corpo às mais modernas instalações de triagem, processo este que culminou com a construção da nova estação de triagem de Lustosa e a reformulação da estação de triagem de Rio Mau. Estas duas obras contaram com o apoio a 85% do POSEUR e o custo final das intervenções foi de cerca de 5 milhões de euros.

O plano de ação, que consagrará a redução de resíduos orgânicos conduzidos a aterro, deve abordar com mais detalhe este aspeto.

A construção de estruturas que venham substituir os atuais aterros sanitários, que inevitavelmente caminham para o esgotamento, são desafios que a Ambisousa terá de enfrentar e resolver no futuro, sempre com o devido suporte técnico que acautele as incidências ambientais e que é fundamental para a decisão política a tomar.

O Conselho de Administração,



Dr. Antonino Sousa

Presidente



Dr. Nuno Fonseca

Vogal



Dr. Alexandre Almeida

Vogal

2. Sumário

Os resíduos de embalagem representam uma parte significativa dos resíduos urbanos produzidos no Vale do Sousa e, dado o elevado potencial de reciclabilidade que estes resíduos possuem, torna-se fundamental promover a sua recuperação e subsequente valorização, assumindo-se como uma área prioritária para a Ambisousa.

A aprovação da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro (PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020) veio definir metas específicas para cada sistema de gestão de RU que asseguram, no seu todo, o cumprimento nacional das metas comunitárias e que têm por base os princípios de equidade e de proporcionalidade de esforço, reconhecendo as boas práticas e incentivando ao maior esforço nos restantes casos. O PERSU 2020 assume metas ainda mais ambiciosas do que as estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de maio (transposição da Diretiva “Embalagens”), encontrando-se agora atribuídas metas específicas à Ambisousa, relativamente a mínimos de preparação para reutilização e reciclagem, à máxima deposição de RUB (Resíduos Urbanos Biodegradáveis) em aterro e às retomas de recolha seletiva.

A Portaria n.º 241-B/2019, publicada a 31 de julho em Diário da República, vem aprovar o PERSU 2020+, que constitui um ajustamento às medidas vertidas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020).

Tal como consta no documento “PERSU2020+, Reflexão Estratégica e Ajustamentos às Medidas do PERSU2020”, apresentado no mês de julho, foi reconhecido que “o nível de ambição colocado nas novas metas europeias relativas à deposição de resíduos em aterro, preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos, reciclagem de embalagens e de redução do plástico coloca a Portugal desafios de grande complexidade que exigem respostas inequívocas, pluridisciplinares e integradas para a sua resolução, nomeadamente alterações estratégicas, reconversão de tecnologia e mudança de comportamentos dos cidadãos, torna-se imperioso a tomada de medidas para realinhar as linhas estratégicas que permitam contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo PERSU 2020.

O PERSU 2020+ configura uma abordagem temporal até ao período 2025, sendo que se justifica que a breve prazo venha a ser criado um Grupo de Trabalho para elaborar o novo Plano Estratégico setorial para 2035.

Deste modo, tendo em conta estas orientações e o cumprimento estrito das metas estabelecidas, a atuação da Ambisousa passará por implementar ações que vão de encontro à motivação para incrementar a prevenção, a reciclagem e a reutilização, bem como ao desvio efetivo dos RUB de aterro. Nesta perspetiva, a deposição em aterro deverá ser encarada como a última opção de tratamento dos resíduos produzidos.

Em 2019 foram produzidas 142.571,44 toneladas de resíduos urbanos no Vale do Sousa, das quais 92% foram depositadas em aterro sanitário e apenas 8% recolhidas e encaminhadas para valorização em unidades de triagem. Este facto permite constatar a elevada dependência do Sistema nos aterros sanitários existentes.

O aterro sanitário de Penafiel recebeu 67.588,02 toneladas de resíduos provenientes da recolha indiferenciada, enquanto o aterro sanitário de Lustosa rececionou 63.766,81 toneladas, correspondendo na globalidade a um aumento de 0,3%, face a 2018.

As unidades de triagem da Ambisousa receberam 12.114,89 toneladas de resíduos potencialmente valorizáveis, das quais 10.671,58 toneladas foram efetivamente enviadas para reciclagem e valorização.

A taxa de reciclagem no ano de 2019 foi de aproximadamente 49%, correspondendo a uma subida de 10 pontos percentuais, comparativamente com a taxa obtida em 2018. Relativamente à meta de “retomas de recolha seletiva” imposta à Ambisousa pelo PERSU 2020 (32 kg/hab.ano no ano de 2020), é possível constatar, com base nos cálculos efetuados, que a mesma foi já ultrapassada, apresentado em 2019 o valor global de 33 kg/hab.ano. O resultado agora obtido traduz-se num incremento de 5 kg/hab.ano face a 2018, o que representa o extraordinário esforço que a Ambisousa e os seus municípios têm feito neste sentido, mais concretamente ao nível do reforço de novos ecopontos, dinamização de campanhas de sensibilização e aposta na internalização do serviço de recolha seletiva.

A Ambisousa encara a prevenção de RU como um passo fundamental na sua gestão, procurando, através da execução anual de um conjunto planeado de ações e iniciativas, contribuir para a redução da produção de resíduos e mitigar os impactes negativos que advenham da sua gestão. É pois, com elevada satisfação, que verificamos que as metas traçadas neste âmbito pela Ambisousa têm sido cumpridas na sua generalidade.

Relativamente às campanhas de sensibilização ambiental, a Ambisousa voltou a promover a campanha “Papel com Valor!”, de incentivo à reciclagem do fluxo de papel/cartão e a campanha “Dá um desconto aos teus Plásticos”, iniciativa direcionada à reciclagem do fluxo de embalagens plásticas.

Em ambas as campanhas tivemos como aderentes várias instituições e entidades particulares, possibilitando o encaminhamento para reciclagem de aproximadamente 1.203 toneladas de papel, assim como de 9,01 toneladas de embalagens plásticas.

No campo da intervenção social queremos destacar o Projeto “Tampinhas & Embalagens”, tendo a Ambisousa rececionado em 2019 cerca de 136 toneladas de tampas plásticas, bem como 93 toneladas de embalagens plásticas, provenientes de diversas instituições. Neste âmbito e durante o ano a que se reporta o presente Relatório, foi disponibilizado material correspondente a 66.161€.

Até ao momento, a Ambisousa recebeu mais de 2.326 toneladas de tampas e cerca de 501 toneladas de embalagens, tendo disponibilizado 1.682.747 € em material ortopédico.

No âmbito das visitas às instalações da Ambisousa, em 2019 fomos visitados por mais de 900 pessoas, provenientes de escolas, centros de formação, universidades e instituições particulares.

A educação e sensibilização ambiental como instrumento de formação para fomentar novas consciências ecológicas é um dos pontos-chave da atividade desenvolvida pela Ambisousa. As escolas são, locais por excelência onde podem, e devem ser desenvolvidas atividades pedagógicas relacionadas com o meio ambiente, em especial com os resíduos. Desta forma, a Ambisousa comemorou mais uma vez o Dia Mundial do Ambiente no Aterro Sanitário de Lustosa com várias escolas do Vale do Sousa.

A Ambisousa viu aprovada em 2016 uma segunda candidatura para “Reforço da recolha seletiva e triagem de resíduos urbanos” (POSEUR-03-1911-FC-000050). Esta candidatura consiste na reformulação das atuais estações de triagem de Lustosa e Penafiel e visa canalizar fluxos diferenciados da recolha seletiva para cada uma das instalações, tendo em vista a otimização e o reforço das estações de triagem. Nesta candidatura está

prevista a demolição completa da atual triagem de Lustosa e a utilização desse mesmo espaço para a reformulação da unidade, dotando-a da mais recente tecnologia de separação multimaterial automatizada. Relativamente à estação de Penafiel, as intervenções previstas vão fundamentalmente no sentido de a adaptar às novas necessidades de triagem do papel/cartão. O custo total do investimento previsto é de 6.392.978 €, sendo a contribuição do fundo de coesão de 5.218.942,63 €, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 85%. Em 2018 deu-se continuidade à empreitada de reformulação da triagem de Lustosa, envolvendo também a montagem dos equipamentos eletromecânicos previstos.

Para além da reformulação das triagens, esta candidatura envolveu o reforço e densificação da atual rede de ecopontos em 461 unidades, permitindo melhorar a acessibilidade ao serviço de recolha seletiva e subsequentemente o aumento dos quantitativos recolhidos seletivamente.

Relativamente aos ecopontos visados nesta candidatura, a respetiva distribuição também se iniciou em novembro de 2017, tendo até final de 2018 sido entregues a totalidade dos ecopontos aos Municípios da Ambisousa.

A candidatura das “Ações de Educação e Sensibilização com vista à valorização de resíduos” foi aprovada pelo POSEUR em 2017, integrando um “Plano das ações de educação e sensibilização com vista à valorização de resíduos urbanos”. O conjunto de ações consideradas têm o principal enfoque nos primeiros patamares da pirâmide de gestão de resíduos, ou seja, ao nível da prevenção e redução e da preparação para a reutilização e reciclagem.

3- Deposição de RSU

No ano de 2019, foram produzidas no Vale do Sousa 142.571,44 toneladas de Resíduos Urbanos (RU)¹, das quais 131.354,83 toneladas foram confinadas nos aterros sanitários de Lustosa (63.766,81 toneladas) e de Penafiel (67.588,02 toneladas).

Em termos de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), no ano de 2019 foram produzidas 130.456,55 toneladas, o que se traduziu, face ao ano de 2018, num aumento de 440 toneladas, sendo a respetiva taxa de capitação no Vale do Sousa de 1,1 kg/hab.dia. Este aumento verificou-se em todos os municípios da Ambisousa, à exceção de Paredes e de Felgueiras que apresentaram reduções de 688 ton. e de 99 ton., respetivamente.

Tabela 1 - RSU depositados no Aterro Sanitário de Penafiel (ton.)

Mês	Castelo de Paiva	Paredes	Penafiel	Refugo	Total(ton.)
Janeiro	399,84	2 836,90	2 157,94	33,20	5 427,88
Fevereiro	373,38	2 593,30	1 945,90	45,30	4 957,88
Março	411,30	2 805,66	2 140,36	0,00	5 357,32
Abril	480,40	2 950,66	2 407,42	1,02	5 839,50
Maio	430,26	2 859,52	2 250,50	3,64	5 543,92
Junho	400,68	2 725,66	2 164,88	13,98	5 305,20
Julho	501,38	3 076,04	2 520,26	0,00	6 097,68
Agosto	512,64	3 139,34	2 648,44	26,68	6 327,10
Setembro	446,58	2 745,16	2 222,10	25,12	5 438,96
Outubro	445,80	2 933,40	2 337,00	14,00	5 730,20
Novembro	396,66	2 879,24	2 268,48	19,72	5 564,10
Dezembro	464,76	3 060,94	2 438,60	33,98	5 998,28
Total	5 263,68	34 605,82	27 501,88	216,64	67 588,02

No mesmo período, no Aterro Sanitário de Lustosa, foram depositadas as seguintes quantidades de RSU:

Tabela 2 - RSU depositados no Aterro Sanitário de Lustosa (ton.)

Mês	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Refugo	Total (ton.)
Janeiro	1 690,84	1 300,36	1 698,00	15,62	4 704,82
Fevereiro	1 609,54	1 263,94	1 584,04	22,92	4 480,44
Março	1 846,38	1 467,90	1 768,10	56,76	5 139,14
Abril	1 951,44	1 515,76	1 854,42	39,74	5 361,36
Maio	1 847,12	1 448,17	1 882,99	82,82	5 261,10

¹ RSU + Resíduos rececionados nas Unidades de Triagem;

Mês	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Refugo	Total (ton.)
Junho	1 819,50	1 470,78	1 771,52	87,06	5 148,86
Julho	2 061,36	1 681,32	2 055,32	79,12	5 877,12
Agosto	2 267,20	1 801,02	2 105,94	56,08	6 230,24
Setembro	1 858,30	1 404,46	1 819,50	66,04	5 148,30
Outubro	1 906,66	1 502,02	1 955,18	71,72	5 435,58
Novembro	1 900,94	1 430,86	1 871,22	61,88	5 264,90
Dezembro	2 045,69	1 591,12	2 036,26	41,88	5 714,95
Total	22 804,97	17 877,71	22 402,49	681,64	63 766,81

No ano de 2019 foram produzidas 898,28 ton. de refugo proveniente das estações de triagem da Ambisousa (681,64 ton. da estação de triagem de Lustosa e 216,64 ton. da estação de triagem de Rio Mau), tendo sido posteriormente confinadas em aterro sanitário.

Deste modo, conforme referido anteriormente, a deposição global de resíduos em aterros do Vale do Sousa foi de 131.354,83 ton. (tabela 3).

Tabela 3- Resíduos depositados em aterro no Vale do Sousa (ton.)

Mês	Castelo de Paiva	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Refugos depositados em aterro	Total (ton.)
Janeiro	399,84	1 690,84	1 300,36	1 698,00	2 836,90	2 157,94	48,82	10 132,70
Fevereiro	373,38	1 609,54	1 263,94	1 584,04	2 593,30	1 945,90	68,22	9 438,32
Março	411,30	1 846,38	1 467,90	1 768,10	2 805,66	2 140,36	56,76	10 496,46
Abril	480,40	1 951,44	1 515,76	1 854,42	2 950,66	2 407,42	40,76	11 200,86
Maio	430,26	1 847,12	1 448,17	1 882,99	2 859,52	2 250,50	86,46	10 805,02
Junho	400,68	1 819,50	1 470,78	1 771,52	2 725,66	2 164,88	101,04	10 454,06
Julho	501,38	2 061,36	1 681,32	2 055,32	3 076,04	2 520,26	79,12	11 974,80
Agosto	512,64	2 267,20	1 801,02	2 105,94	3 139,34	2 648,44	82,76	12 557,34
Setembro	446,58	1 858,30	1 404,46	1 819,50	2 745,16	2 222,10	91,16	10 587,26
Outubro	445,80	1 906,66	1 502,02	1 955,18	2 933,40	2 337,00	85,72	11 165,78
Novembro	396,66	1 900,94	1 430,86	1 871,22	2 879,24	2 268,48	81,60	10 829,00
Dezembro	464,76	2 045,69	1 591,12	2 036,26	3 060,94	2 438,60	75,86	11 713,23
Total	5 263,68	22 804,97	17 877,71	22 402,49	34 605,82	27 501,88	898,28	131 354,83

O peso de cada Município do Vale do Sousa na quantidade de RSU produzida está patente no gráfico seguinte.

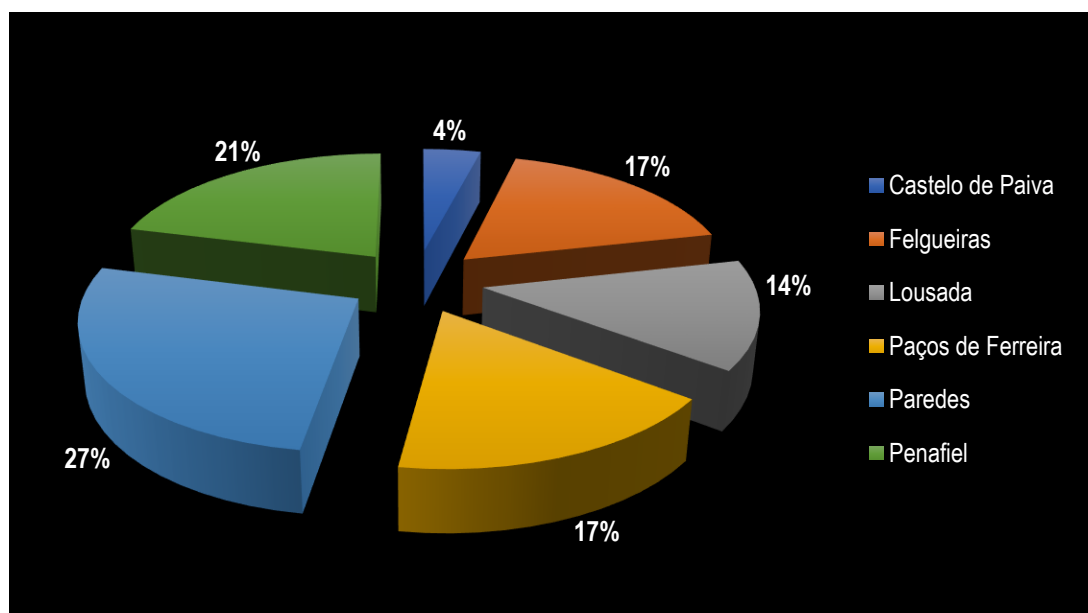


Gráfico 1- Distribuição percentual da quantidade de RSU produzida em cada Município

Em termos de capitação diária, verifica-se uma produção de RSU semelhante em todos os Municípios da Ambisousa (Tabela 4).

Tabela 4 - Capitação dos Municípios em termos de RSU produzidos

Município	População residente ²	RSU depositados (ton)	Capitação diária (kg RSU/hab.dia)
Castelo de Paiva	15 797	5 263,68	0,9
Felgueiras	56 950	22 804,97	1,1
Lousada	46 900	17 877,71	1,0
Paços de Ferreira	56 838	22 402,49	1,1
Paredes	86 263	34 605,82	1,1
Penafiel	70 333	27 501,88	1,1
Total	333 081	130 456,55	1,1

² População Residente (Estimativas INE, 2016)

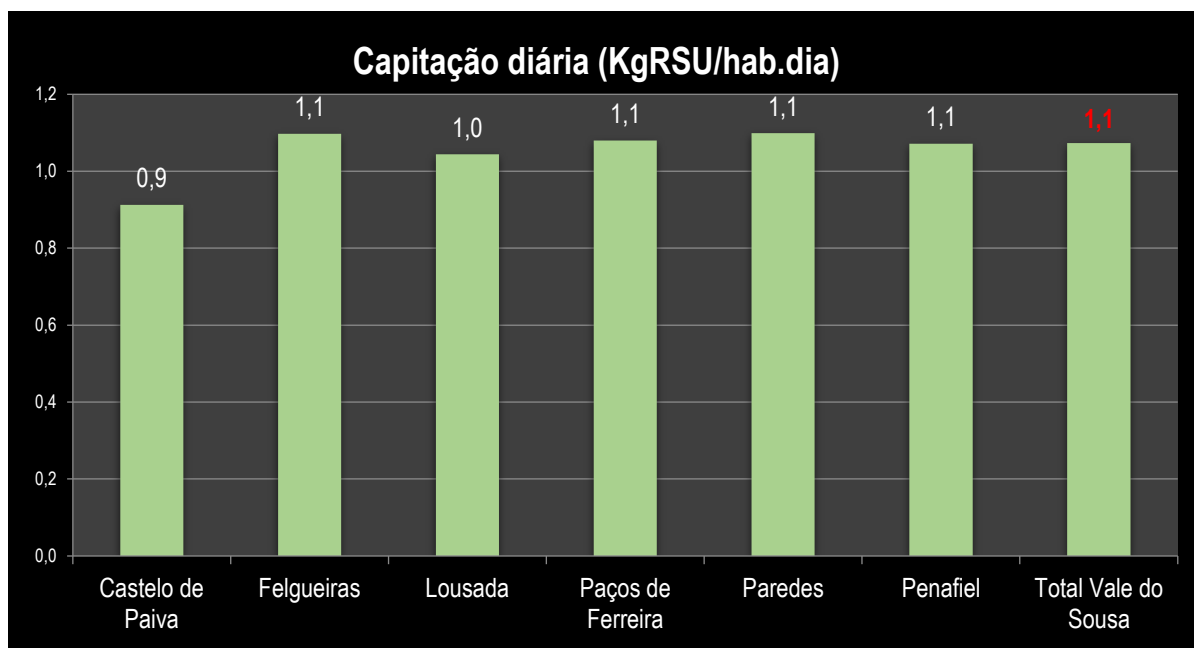


Gráfico 2 - Capitação diária (kg RSU/hab.dia)

No gráfico 3 apresentam-se os valores de capitação diária no Vale do Sousa nos últimos quatro anos, permitindo concluir que, em termos médios, cada habitante produz diariamente 1kg de RSU, sendo posteriormente encaminhados para deposição em aterro.

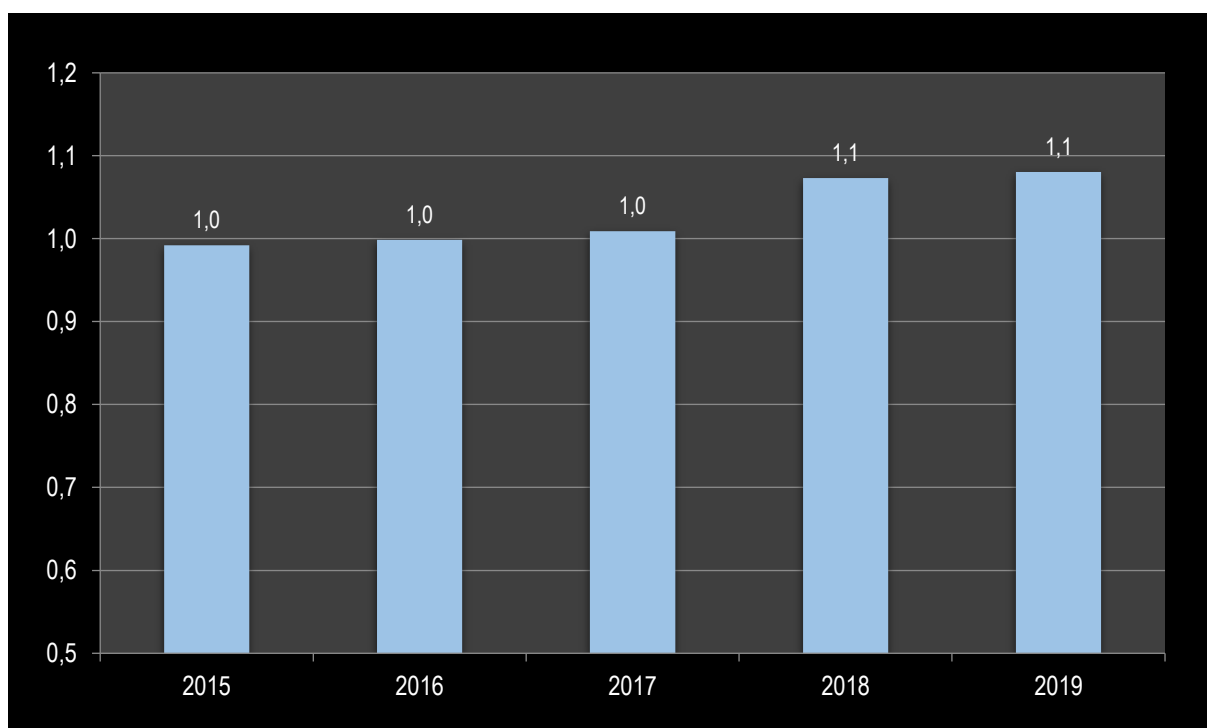


Gráfico 3 – Evolução da capitação média diária no Vale do Sousa nos últimos 5 anos (kg RSU/hab.dia)

4. A Reciclagem no Vale do Sousa

4.1. Quantidades rececionadas nas Estações de Triagem e Centro de Receção de REEE da Ambisousa

Em 2019 as estações de triagem da Ambisousa rececionaram um total de 12.114,89 toneladas de resíduos, dos quais cerca de 88% tiveram origem direta nos respetivos municípios.

Comparativamente com o ano de 2018, globalmente ao nível das entradas de material, verifica-se um aumento de 1.946,87 toneladas, correspondendo a um acréscimo de aproximadamente 19%.

Na tabela seguinte apresenta-se o contributo de cada Município do Vale do Sousa, relativo ao material enviado diretamente para reciclagem.

Tabela 5 - Contribuição de cada Município para a reciclagem³

Mês	Castelo de Paiva	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Total
Janeiro	26,80	139,66	154,89	145,01	260,94	240,78	968,08
Fevereiro	23,02	127,24	117,46	136,34	218,28	146,30	768,64
Março	18,70	123,68	133,46	129,94	214,82	136,54	757,14
Abril	28,48	133,18	131,20	139,16	150,70	144,68	727,40
Maio	37,92	140,72	139,46	163,70	227,82	205,94	915,56
Junho	24,16	129,20	136,74	139,10	165,54	166,86	761,60
Julho	35,30	140,66	163,54	180,44	301,54	190,08	1 011,56
Agosto	35,72	165,08	180,80	194,18	225,02	241,18	1 041,98
Setembro	49,70	177,64	157,70	190,72	240,24	233,50	1 049,50
Outubro	26,41	149,90	154,14	175,00	240,38	201,82	947,65
Novembro	24,48	134,98	135,52	161,18	181,22	189,42	826,80
Dezembro	40,72	154,50	152,08	150,64	210,84	186,89	895,67
Total	371,41	1 716,44	1 756,99	1 905,41	2 637,34	2 283,99	10 671,58
%	3%	16%	16%	18%	25%	21%	100%

³ A Contribuição de cada Município para a reciclagem é obtida em função dos quantitativos de material, com origem municipal, que deram entrada nas Estações de Triagem de Lustosa e de Rio Mau, bem como no Centro de Receção de REEE e de Desmantelamento de Colchões (ambos localizados em Rio Mau).

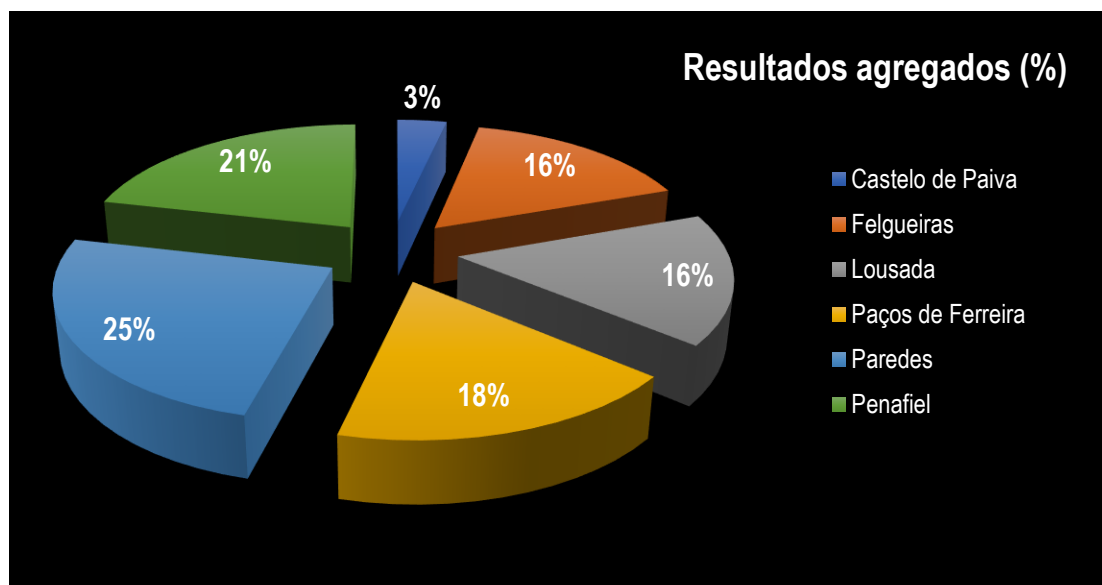


Gráfico 4 - Contributo percentual dos Municípios para a reciclagem (%)

Em termos absolutos, Paredes mantém-se como o município que mais contribui para a reciclagem na Ambisousa, contribuindo com 25% do total de resíduos rececionados, seguindo-se Penafiel e Paços de Ferreira, com 21% e 18%, respetivamente.

A distribuição por fileira dos resíduos rececionados provenientes dos Municípios, apresenta-se na tabela seguinte:

Tabela 6 - Distribuição do material rececionado por fileira (ton)⁴

Mês	Plásticos	Papel/Cartão	Vidro	Embalagens Metálicas	Madeira	Sucata	REEE	Colchões	Pilhas	TOTAL
Janeiro	197,06	313,62	421,98	0,00	0,00	10,20	6,88	18,34	0,00	968,08
Fevereiro	156,44	271,12	302,72	0,00	0,00	9,14	11,70	17,52	0,00	768,64
Março	149,42	266,78	306,72	0,00	0,00	5,56	14,42	14,20	0,04	757,14
Abril	152,42	262,96	283,48	0,00	0,00	4,72	2,72	20,66	0,44	727,40
Maio	165,26	323,44	388,62	0,00	0,00	8,12	13,20	16,92	0,00	915,56
Junho	146,98	241,24	334,90	0,00	0,00	9,92	11,60	16,96	0,00	761,60
Julho	192,32	345,52	440,06	0,00	0,00	8,08	5,96	19,62	0,00	1 011,56
Agosto	170,28	315,04	516,12	0,00	0,00	6,80	13,42	20,32	0,00	1 041,98
Setembro	193,80	300,26	494,34	0,00	0,00	15,30	15,44	30,36	0,00	1 049,50
Outubro	195,21	338,66	374,90	0,00	0,00	7,24	8,50	23,14	0,00	947,65
Novembro	180,76	306,44	299,58	0,00	0,00	8,80	7,80	23,42	0,00	826,80
Dezembro	181,54	320,08	359,13	0,00	0,00	10,40	8,44	16,08	0,00	895,67
Total	2 081,49	3 605,16	4 522,55	0,00	0,00	104,28	120,08	237,54	0,48	10 671,58
%	19,50%	33,78%	42,38%	0,00%	0,00%	0,98%	1,13%	2,23%	0,00%	100,00%

⁴ Considerando apenas os resíduos com origem direta nos Municípios.

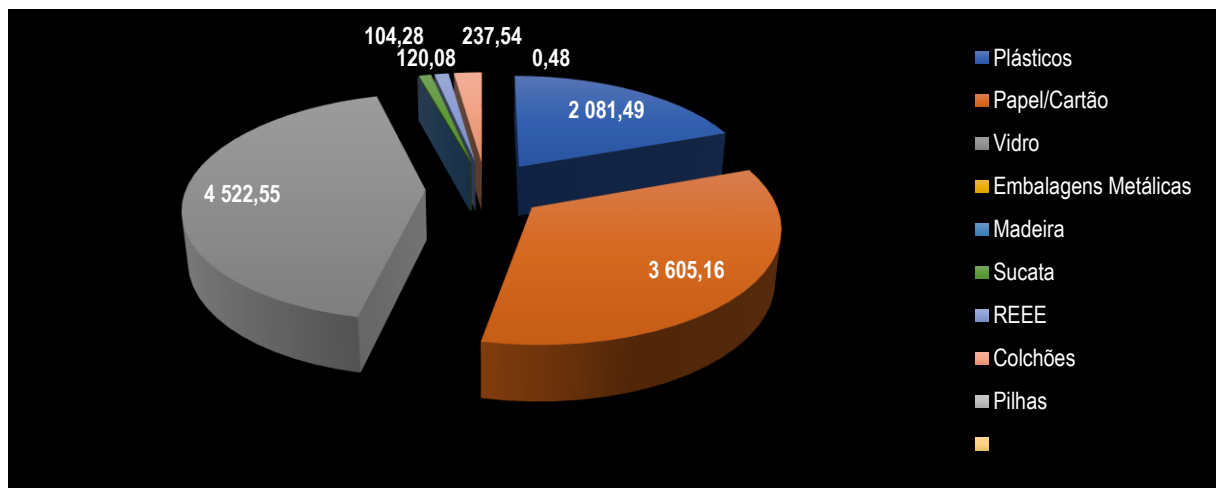


Gráfico 5 — Quantitativos agregados por fileira de resíduos (ton)

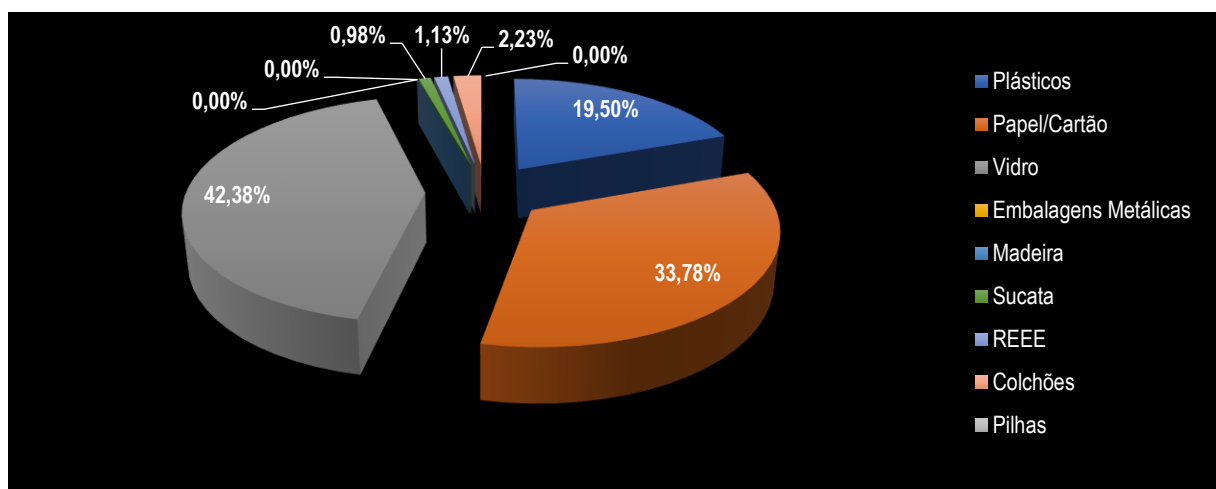


Gráfico 6 — Distribuição percentual do material rececionado por fileira (%)

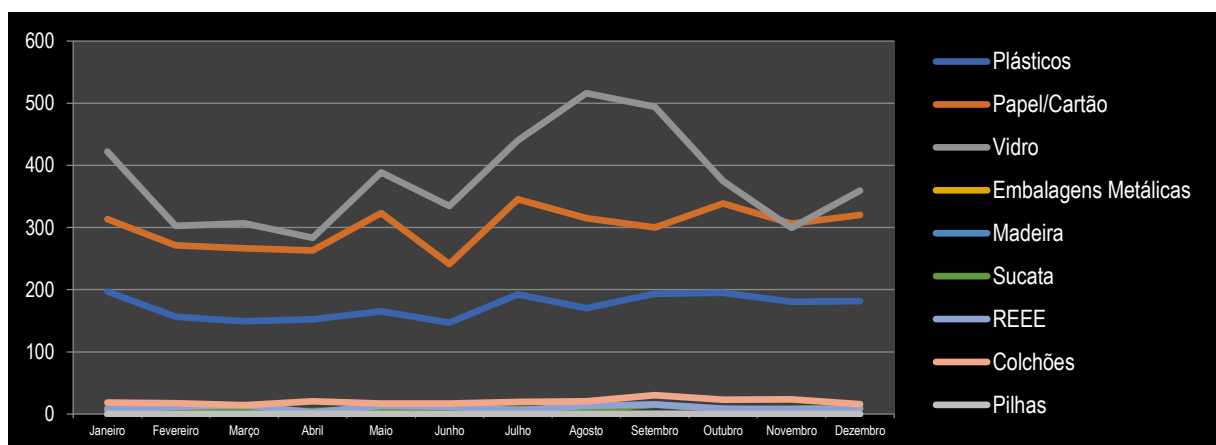


Gráfico 7 - Evolução dos resíduos provenientes dos Municípios (ton.)

Para além dos resíduos com proveniência direta dos Municípios, a Ambisousa rececionou também nas suas unidades de triagem resíduos com outras origens, designadamente particulares, instituições, escolas, etc. Para este facto, em muito contribuem as várias campanhas e ações de carácter ambiental e social que a Ambisousa tem promovido, como é o caso do projeto “Tampinhas e Embalagens” ou as campanhas “Papel com Valor” ou “Dá um desconto aos teus plásticos”.

Neste âmbito, durante o ano de 2019 foram rececionadas cerca de 1.443,31 toneladas de resíduos. Estes quantitativos representaram um aumento de aproximadamente 56%, face a 2018.

Tabela 7 - Resumo anual de Outros Resíduos (ton.) rececionados nas instalações da Ambisousa

	Entregas privadas	<i>"Projeto Tampinhas & Embalagens"</i>		<i>"Papel com Valor"</i>	<i>"Dá um desconto aos teus plásticos"</i>	TOTAL
	REEE	Tampas plásticas	Embalagens Plásticas	Papel/Cartão	Plásticos	
Janeiro	0,00	12,58	8,96	0,00	0,00	21,54
Fevereiro	0,00	12,40	6,52	0,00	0,00	18,92
Março	0,00	11,46	13,52	0,00	0,00	24,98
Abril	0,12	11,56	13,24	161,52	1,21	187,65
Maio	0,00	7,42	9,68	98,79	0,79	116,68
Junho	1,12	9,40	5,06	64,95	0,67	81,20
Julho	0,00	11,66	5,96	119,97	0,99	138,57
Agosto	0,00	11,90	9,22	113,40	0,87	135,39
Setembro	0,14	11,04	7,72	143,04	1,75	163,69
Outubro	0,00	6,06	5,12	153,80	1,25	166,23
Novembro	0,00	19,92	5,54	143,56	0,43	169,45
Dezembro	0,00	10,28	3,30	204,37	1,05	219,01
TOTAL	1,38	135,68	93,84	1 203,40	9,01	1443,31

Na tabela seguinte apresenta-se a totalidade dos materiais com potencial de valorização rececionados pela Ambisousa, independentemente da respetiva origem ou tipologia de material.

Tabela 8 – Totalidade de material com potencial de valorização recepcionados pela Ambisousa (ton)⁵

Meses	Proveniência direta dos Municípios da Ambisousa (ton.)									Outra proveniência (ton.)					TOTAL
	Plásticos	Papel/Cartão	Vidro	Embalagens Metálicas	Embalagens de Madeira	Sucata	REEE	Colchões	Pilhas	Entregas privadas	"Projeto Tampinhas"		"Papel com Valor"	"Dá um desconto aos teus plásticos"	
										REEE	Tampas plásticas	Embalagens plásticas	Papel/Cartão	Plásticos	
Janeiro	197,06	313,62	421,98	0,00	0,00	10,20	6,88	18,34	0,00	0,00	12,58	8,96	0,00	0,00	989,62
Fevereiro	156,44	271,12	302,72	0,00	0,00	9,14	11,70	17,52	0,00	0,00	12,40	6,52	0,00	0,00	787,56
Março	149,42	266,78	306,72	0,00	0,00	5,56	14,42	14,20	0,04	0,00	11,46	13,52	0,00	0,00	782,12
Abril	152,42	262,96	283,48	0,00	0,00	4,72	2,72	20,66	0,44	0,12	11,56	13,24	161,52	1,21	915,05
Maiο	165,26	323,44	388,62	0,00	0,00	8,12	13,20	16,92	0,00	0,00	7,42	9,68	98,79	0,79	1 032,24
Junho	146,98	241,24	334,90	0,00	0,00	9,92	11,60	16,96	0,00	1,12	9,40	5,06	64,95	0,67	842,80
Julho	192,32	345,52	440,06	0,00	0,00	8,08	5,96	19,62	0,00	0,00	11,66	5,96	119,97	0,99	1 150,13
Agosto	170,28	315,04	516,12	0,00	0,00	6,80	13,42	20,32	0,00	0,00	11,90	9,22	113,40	0,87	1 177,37
Setembro	193,80	300,26	494,34	0,00	0,00	15,30	15,44	30,36	0,00	0,14	11,04	7,72	143,04	1,75	1 213,19
Outubro	195,21	338,66	374,90	0,00	0,00	7,24	8,50	23,14	0,00	0,00	6,06	5,12	153,80	1,25	1 113,88
Novembro	180,76	306,44	299,58	0,00	0,00	8,80	7,80	23,42	0,00	0,00	19,92	5,54	143,56	0,43	996,25
Dezembro	181,54	320,08	359,13	0,00	0,00	10,40	8,44	16,08	0,00	0,00	10,28	3,30	204,37	1,05	1 114,68
TOTAL	2 081,49	3 605,16	4 522,55	0,00	0,00	104,28	120,08	237,54	0,48	1,38	135,68	93,84	1 203,40	9,01	12 114,89
%	17,18	29,76	37,33	0,00	0,00	0,86	0,99	1,96	0,00	0,01	1,12	0,77	9,93	0,07	100,00

⁵ Dados obtidos com recurso ao software de pesagens da Ambisousa (SPAT).

4.2. Quantidades processadas pela Ambisousa

Relativamente ao envio de material processado para reciclagem, no ano de 2019 registou-se um total de 10.260,10 toneladas de material processado, representando um aumento de 24% face a 2018. Analisando somente os 3 principais fluxos de material enviado para retoma através das entidades gestoras de resíduos de embalagens (Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Eletrão), face ao ano anterior, constata-se aumentos em todos estes fluxos: 16,2% para o vidro, 21,9% para o papel/cartão e 52,7% para os plásticos.

Tabela 9 - Resíduos processados pela Ambisousa nas Estações de Triagem, Centro de Receção de REEE e Centro de Desmantelamento de Colchões (ton)⁶

Mês	Retomados pelas Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens (SPV, Novo Verde e Eletrão)												Outros Retomadores					Total
	Vidro	Papel/Car tão	Filme Plástic o	PEAD	EPS	PET	Plásticos Mistos	Outros Plásticos	ECAL	Aço	Alumínio	Madeira	REEE	Sucata	Madeira Não -Embalagem	Plásticos/ Embalagens Plásticas	Pilhas	
Janeiro	364,82	290,28	57,98	0,00	1,76	14,56	0,00	8,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,46	0,00	2,72	0,00	749,18
Fevereiro	318,82	164,26	8,74	15,20	0,00	0,00	0,00	9,28	21,24	0,00	0,00	0,00	8,34	16,30	0,00	0,00	0,00	562,18
Março	259,92	266,32	6,22	0,00	1,08	37,20	0,00	17,80	0,00	6,44	0,00	0,00	19,36	20,48	0,00	0,00	0,00	634,82
Abril	260,56	177,50	23,56	12,50	1,20	12,50	0,00	16,90	0,00	13,22	0,00	0,00	0,00	18,46	0,00	0,00	0,00	536,40
Maio	382,82	434,58	40,92	23,90	1,14	21,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,04	6,74	0,00	19,92	0,00	943,14
Junho	382,66	332,66	24,58	13,34	1,90	31,96	16,78	16,50	0,00	0,00	0,00	0,00	6,64	23,70	0,00	0,00	0,00	850,72
Julho	420,24	307,34	53,42	13,48	1,16	55,14	18,58	8,26	23,86	26,64	0,00	0,00	11,38	20,60	0,00	1,98	0,00	962,08
Agosto	470,90	297,24	35,04	13,62	0,74	18,54	18,74	8,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,68	0,00	0,00	0,00	892,06
Setembro	498,66	247,90	22,56	12,24	1,38	38,98	15,78	16,22	0,00	0,00	8,10	0,00	8,50	4,88	0,00	5,86	0,00	881,06
Outubro	401,56	724,48	45,38	11,96	1,90	34,26	19,48	9,16	24,12	26,76	0,00	0,00	24,66	30,04	0,00	24,88	0,00	1 378,64
Novembro	322,78	550,62	41,58	13,06	1,84	34,22	21,10	9,24	0,00	36,04	0,00	0,00	4,52	18,26	0,00	7,18	0,00	1 060,44
Dezembro	291,50	409,14	21,96	11,82	0,64	23,02	20,64	9,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,02	0,00	5,74	0,00	809,38
Total	4 375,24	4 202,32	381,94	141,12	14,74	321,46	131,10	130,42	69,22	109,10	8,10	0,00	95,44	211,62	0,00	68,28	0,00	10 260,10
%	42,64	40,96	3,72	1,38	0,14	3,13	1,28	1,27	0,67	1,06	0,08	0,00	0,93	2,06	0,00	0,67	0,00	100,00

⁶ Quantitativos obtidos com recurso ao software de pesagens da Ambisousa (SPAT).

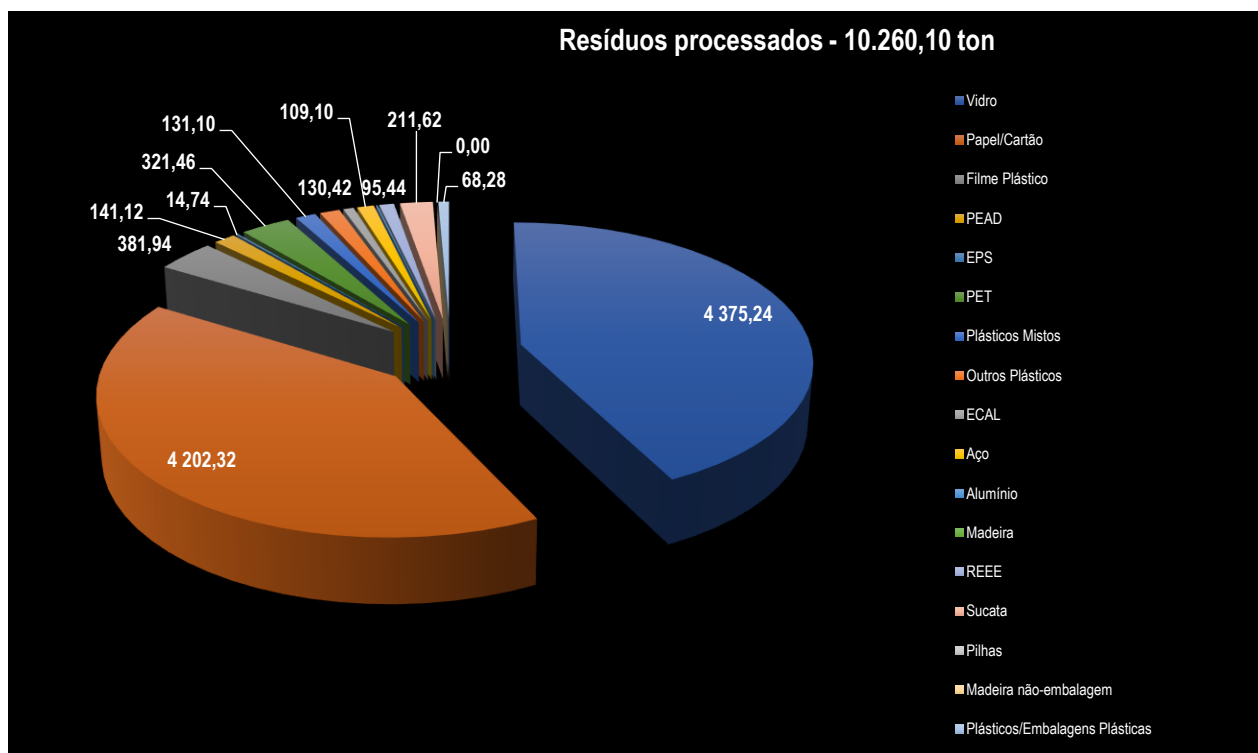


Gráfico 8 – Resíduos processados pela Ambisousa (ton.)

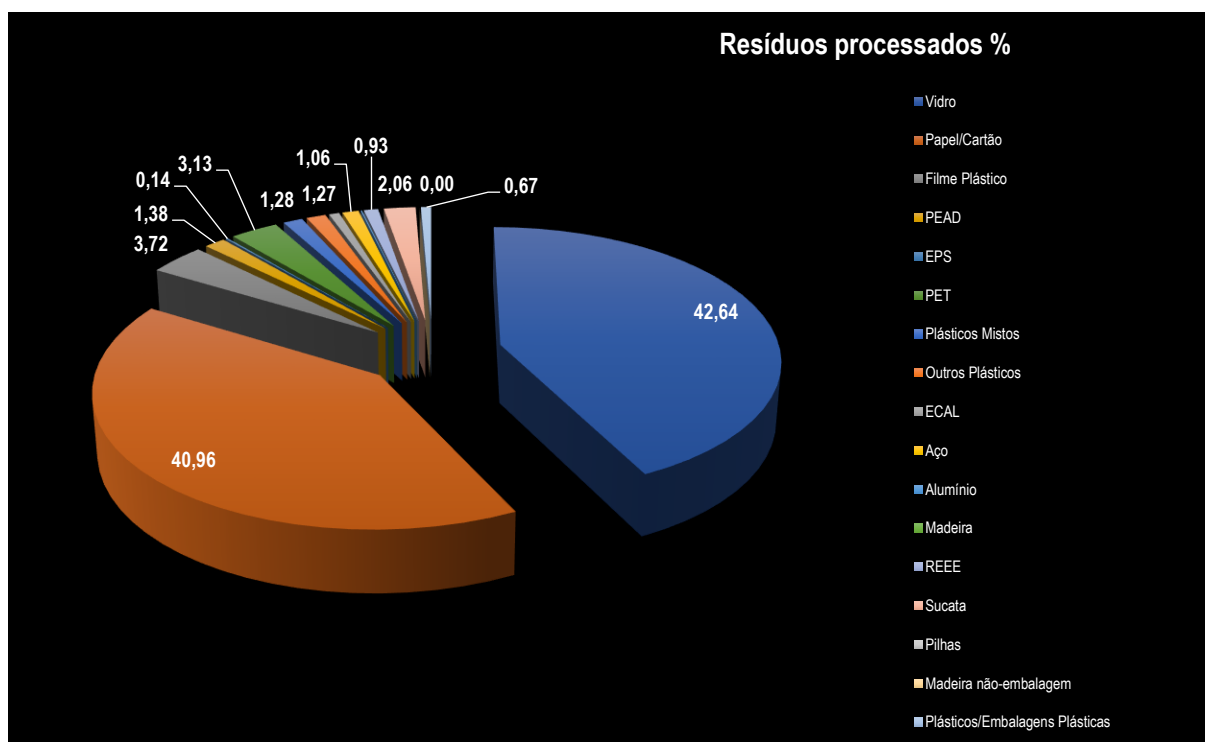


Gráfico 9 – Resíduos processados pela Ambisousa (%)

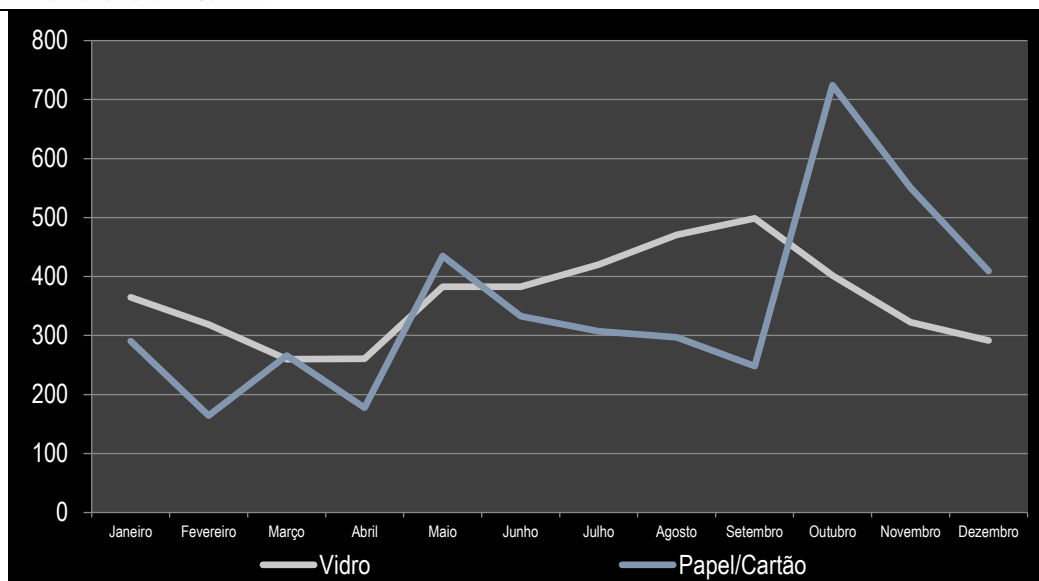


Gráfico 10 – Evolução dos resíduos processados de Vidro e Papel/Cartão (ton.)

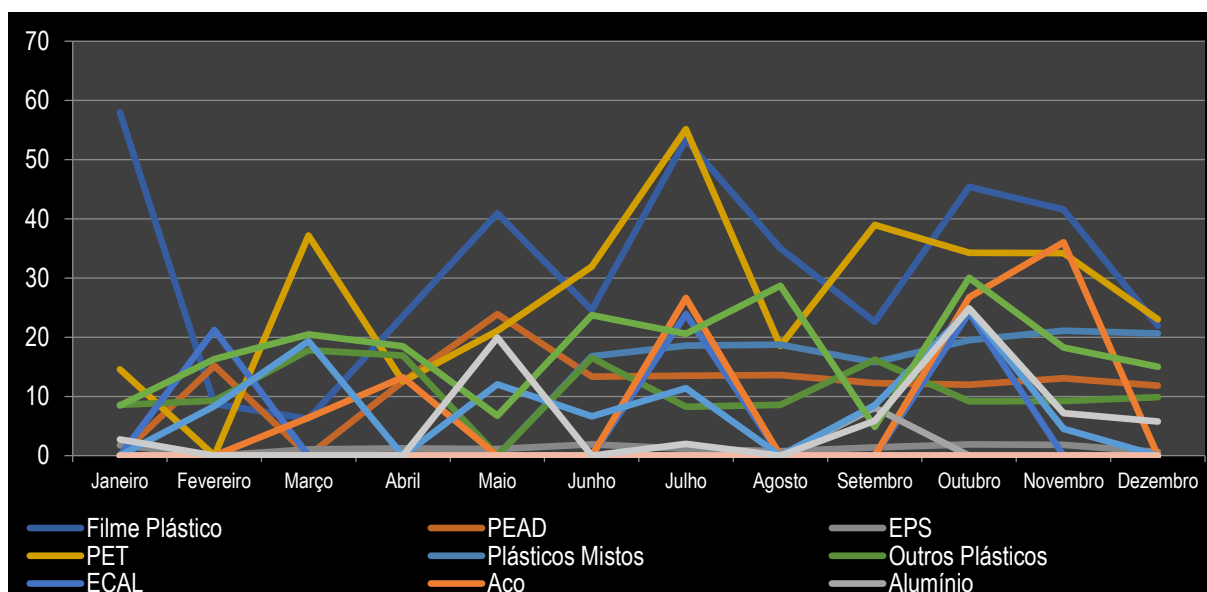


Gráfico 11 – Evolução de outros resíduos processados (ton.)

Em termos de resíduos de embalagem, no ano de 2019 foram retomadas 9.885 toneladas, um resultado 24% acima do obtido no ano anterior (Tabela 9).

À exceção das embalagens de madeira, verificaram-se aumentos em todos os fluxos de resíduos, com maior expressão nos plásticos (53%) e no Papel (22%).

Tabela 10 - Resíduos de Embalagens enviados para reciclagem em 2018 e 2019

Fluxos de Resíduos de Embalagem	Material enviado para reciclagem (ton.)		Evolução
	2018	2019	
Plásticos	779,26	1 190,00	▲
Papel/Cartão	3 448,32	4 202,32	▲
Vidro	3 765,42	4 375,24	▲
Aço	0,00	109,10	▲
Alumínio	0,00	8,10	▲
Madeira	0,00	0,00	=
Total	7 993,00	9 884,76	▲

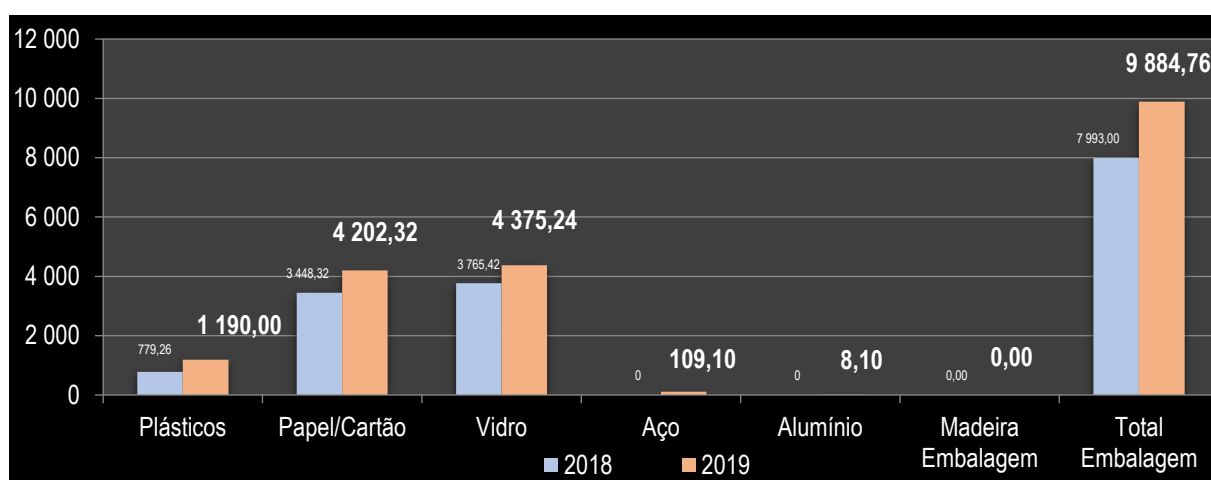


Gráfico 12 – Comparativo dos Resíduos de embalagem retomados em 2018 e 2019 (ton.)

5. Taxas de reciclagem e Metas do PERSU 2020

A taxa de reciclagem calculada na Ambisousa em 2019 foi de 48,78%, representando uma subida de quase 10 pontos percentuais, face ao ano anterior.

Tabela 11- Taxas de Reciclagem⁷

Fluxos de Embalagens	Resíduos de Embalagens enviados para as Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens ⁸ (ton.)	Potencial RSU (%)	Potencial de embalagens nos RSU (ton.)	Taxa reciclagem no Vale do Sousa (%)
Embalagens	1 190,00	3,47	4 552,84	26,14
Papel/Cartão	4 202,32	3,55	4 660,08	90,18
Vidro	4 375,24	7,40	9 719,87	45,01
Aço	109,10	0,78	1 028,44	10,61
Alumínio	8,10	0,20	260,69	3,11
Madeira	0,00	0,03	43,53	0,00
Total	9 884,76	15,43	20 265,45	48,78



Gráfico 13 – Taxas de reciclagem (%)

Conforme referido no capítulo 3 deste Relatório, no ano de 2019 foram produzidas nas estações de triagem da Ambisousa um total de 898,28 toneladas de refugo, representando um aumento de 65% face a 2018. A taxa de refugo calculada foi de 12%.

⁷ Para o cálculo do valor das taxas de reciclagem apenas se consideram as quantidades de resíduos de embalagens que foram alvo de retoma pela SPV e Novo Verde, sendo o Potencial (%) nos RSU determinado através da metodologia de cálculo preconizada na Caracterização dos Sistemas Municipais Aderentes ao Sistema Ponto Verde 2014;

⁸ Entidades Gestoras: Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Eletrão.

⁹ Inclui o ECAL.

Em termos globais, em 2019 a produção de Resíduos Urbanos na Ambisousa sintetiza-se na tabela seguinte.

Tabela 12 - RU produzidos no Vale do Sousa (ton)

RSU's produzidos no Vale do Sousa	130 456,55
Castelo de Paiva	5 263,68
Felgueiras	22 804,97
Lousada	17 877,71
Paços de Ferreira	22 402,49
Paredes	34 605,82
Penafiel	27 501,88
Refugos produzidos nas Estações de Triagem¹⁰	898,28
Origem: Estação de Triagem de Lustosa	681,64
Origem: Estação de Triagem de Rio Mau	216,64
Material rececionado pela Ambisousa nas Estações Triagem	12 114,89
Proveniência direta dos Municípios	10 671,58
Outros resíduos ¹¹	1 443,31
Material processado pela Ambisousa	10 260,10
Resíduos de Embalagens ¹²	9 884,76
Outros Resíduos	375,34
Total de RU depositados em aterro (RSU + Refugos)	131 354,83
Total de RU produzidos no Vale do Sousa	142 571,44

Relativamente à meta de “retomas de recolha seletiva” imposta à Ambisousa pelo PERSU 2020 (32 kg/hab.ano no ano de 2020), é possível constatar, com base nos cálculos efetuados, que a mesma foi já ultrapassada, apresentado em 2019 o valor global de 33 kg/hab.ano. O resultado agora obtido traduz-se num incremento de 5 kg/hab.ano face a 2018, o que representa o extraordinário esforço que a Ambisousa e os seus municípios têm feito neste sentido, mais concretamente ao nível do reforço de novos ecopontos, dinamização de campanhas de sensibilização e aposta na internalização do serviço de recolha seletiva.

¹⁰ A totalidade do refugo produzido nas estações de triagem da Ambisousa foi depositado nos aterros sanitários de Lustosa e Rio Mau;

¹¹ REEE provenientes de privados, Tampas Plásticas e Embalagens Plásticas provenientes do “Projeto Tampinhas”, Papel/Cartão proveniente da Campanha “Papel com Valor”, Plásticos provenientes da Campanha “Dá um desconto aos teus plásticos” e Madeira não-embalagem;

¹² Encaminhados para as Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens: SPV, Novo Verde e Amb3e. Quantitativos provenientes do software de pesagens;

Tabela 13 - Aferição do grau de cumprimento da meta “Retomas de Recolha Seletiva” do PERSU 2020 nos Municípios e AMBISOUA

Município	N.º de habitantes ¹³	RECOLHA SELETIVA (ton)					Resultado (kg/hab.ano) ¹⁴		Meta PERSU 2020 (kg/hab.ano)
		Plástico/metálico	Papel/Cartão	Vidro	Campanhas	Total	Ano de 2018	Ano de 2019	
Castelo de Paiva	15 797	68,91	75,72	183,54	240,32	568,49	26	33	32
Felgueiras	56 950	338,92	599,37	728,78	240,32	1 907,38	25	31	
Lousada	46 900	352,56	669,51	687,92	240,32	1 950,31	30	39	
Paços de Ferreira	56 838	412,61	663,98	748,10	240,32	2 065,01	28	34	
Paredes	86 263	529,68	778,10	1 186,44	240,32	2 734,54	27	29	
Penafiel	70 333	378,82	818,48	987,77	240,32	2 425,39	27	32	
Global - AMBISOUA	333 081	2 081,49	3 605,16	4 522,55	1 441,93	11 651,13	27	33	

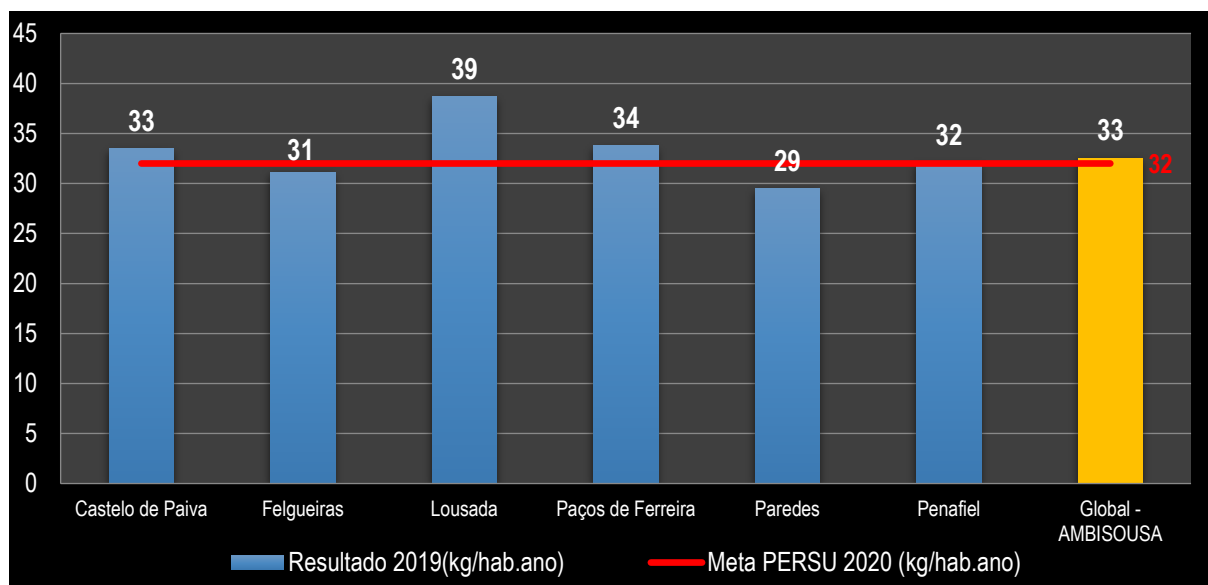


Gráfico 14 - Meta “Retomas de Recolha Seletiva” e respetiva aferição de cumprimento em 2019

¹³ INE, estatística população residente em 2016.

¹⁴ Considerando um Coeficiente global de transformação de recolha seletiva em retomas de recolha seletiva de 0,93, tendo em conta os coeficientes mínimos de triagem e a proporção destes resíduos recolhida seletivamente;

6. Indicadores de desempenho para a avaliação da qualidade dos serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos prestados aos utilizadores

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos urbanos, onde se insere a Ambisousa, constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Estes serviços devem pautar-se por princípios de universalidade no acesso, de continuidade e qualidade de serviço, e de eficiência e equidade dos preços.

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, Lei Orgânica da ERSAR, e ainda do Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Águas e Resíduos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, determinaram o alargamento das atribuições da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Neste enquadramento, a ERSAR tem a responsabilidade não apenas de promover a avaliação dos níveis de qualidade de serviço de todas as entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos, mas também de recolher e divulgar essa informação e elaborar e publicitar sínteses comparativas da mesma.

No ano de 2010, a ERSAR, em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), editou um documento intitulado “Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 2.ª Geração do sistema de avaliação” que surge na sequência da aplicação de uma 1.ª Geração do sistema de avaliação, restrita às entidades concessionárias.

A Ambisousa, apesar da sua atividade não se encontrar regulada até então, optou por incluir em Relatórios e Contas anteriores o resultado do seu desempenho ao nível de alguns dos indicadores, de modo a facilitar a comparação entre os vários sistemas de gestão de resíduos e a possibilitar a procura de melhores práticas, associadas ao *benchmarking*, que conduzam a um desempenho superior.

No ano de 2012 a ERSAR aplicou formalmente o sistema de avaliação (2ª Geração) a todas as entidades gestoras de serviços de águas e resíduos no Continente, entre as quais a Ambisousa, independentemente da sua titularidade estatal ou municipal e do seu modelo de gestão, com base em dados de operação de 2011. A partir de 2012, a informação relativa à Ambisousa passou a integrar o “*Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal – RASARP (ERSAR)*”, contribuindo para a divulgação de informação relevante e de referência para os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

O RASARP constitui-se assim como um relevante elemento de apoio aos decisores, bem como uma importante fonte de informação para todos os intervenientes e público em geral. A informação relativa à Ambisousa, e o respetivo desempenho anual, passam agora a estar publicamente disponíveis para consulta no “*módulo RASARP*” do site da ERSAR (www.ersar.pt).

7. Investimento

A Ambisousa iniciou, em termos reais, a sua atividade em janeiro de 2003.

Ao longo destes dezasseis anos realizou um investimento acumulado bruto de cerca de 14.138.556 €, e tem por objetivo manter o ritmo de investimento, de modo a fazer face aos futuros desafios que, estrategicamente, pretende assumir. Assim, em 2019 o volume de investimento expresso no aumento verificado em Ativos Fixos Tangíveis foi de 2.745.326 €.

Os principais investimentos em 2019 estão relacionados com o arranque da prestação de serviços de recolha seletiva, tendo sido necessário dotar a empresa de equipamentos para o início desta nova atividade, nomeadamente a aquisição de viaturas, 8 pesadas e 3 ligeiras.

Outro grande investimento está relacionado com a conclusão da obra de Reformulação dos Centros de Triagem, com um investimento total de 4.695.000,00€.

8. Factos Relevantes Ocorridos após o Termo do Exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício

9. Evolução previsível da Atividade

O previsível aumento da produção de resíduos urbanos no Vale do Sousa no ano de 2019, traduzindo-se num aumento dos resíduos encaminhados para aterro sanitário, será, pois, um desafio que a Ambisousa terá de ter em linha de conta, no planeamento futuro da sua atividade. Vai ser por isso necessário aumentar o reforço da compostagem doméstica de RUB como uma forma de reduzir os resíduos orgânicos conduzidos a aterro, melhorar a recolha seletiva para facilitar o aumento da economia circular, reduzir os resíduos conduzidos a aterro e por fim, com base no suporte técnico que acautele as incidências ambientais, definir os locais da nova geração de Aterros Sanitários que irão substituir as estruturas atualmente existentes.

Esta evolução da atividade da Ambisousa representa, no fundo, um caderno de encargos que, naturalmente não se esgotará em 2019. Compreende um conjunto de ações que, com certeza se prolongarão para lá de 2019, pelo que será de todo conveniente que se iniciem rapidamente.

No âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), foram submetidas e aprovadas duas candidaturas, cuja implementação acontecerá em 2020 e 2021.

PROJETOS INOVADORES - ECOCENTROS MÓVEIS

A presente operação tem como principal objetivo a implementação da recolha seletiva de novas frações de resíduos valorizáveis (têxteis, jornais e revistas, madeiras, pilhas e suportes multimédia) na área de intervenção da AMBISOUSA, a efetuar através de recolha itinerante (Ecocentros Móveis) que, concomitantemente, assegurará também a recolha seletiva 3F, em particular em zonas não servidas pela atual rede de ecopontos. Com esta operação pretende-se contribuir para o aumento da preparação para reutilização e reciclagem, retomas de recolha seletiva e para o desvio de RUB de aterro, e ainda, para a progressiva eliminação da deposição direta de resíduos urbanos em aterro. A operação visa aumentar quantitativos de RS (novos fluxos; complementar a esquemas existentes) por Ecocentros Móveis com sistema PAYT (premiando aderentes com descontos à tarifa). Esta candidatura foi aprovada pelo POSEUR em 31/07/2019 e tem um investimento previsto de 360.700€.

RECOLHA SELETIVA PORTA-A-PORTA EM ZONAS PILOTO

A operação destina-se a implementar a recolha seletiva porta-a-porta dos fluxos 3F (papel/cartão, embalagens e vidro) em produtores domésticos (zonas selecionadas) e produtores não-domésticos. A recolha seletiva porta-a-porta em produtores domésticos será implementada em áreas predominantemente de moradias (zonas piloto) em 5 dos 6 concelhos integrantes da AMBISOUSA, sendo abrangida uma população de 16 500 habitantes (cerca de 5% do total do Sistema) e 6 100 fogos. Os produtores não domésticos abrangidos são 260 estabelecimentos, dos quais 20% HORECA. Os objetivos da operação são o acréscimo de materiais a recolher de 2.057 t/ano, dos quais cerca de metade em produtores domésticos (59 Kg/hab.ano), assim contribuindo para os objetivos nacionais de aumento das retomas da recolha seletiva, aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis, e da redução da deposição de RU em aterro. Esta candidatura foi aprovada pelo POSEUR em 17/10/2019 e tem um investimento previsto de 994.250€.

10. Relevância das Matérias Ambientais

A Ambisousa trabalha para fazer do seu compromisso ético e do respeito pelo meio ambiente, as bases para a confiança de todas as pessoas e dos diferentes grupos com os quais se relaciona. A proteção ambiental é parte indissociável da atividade da Ambisousa e preocupação constante do seu desempenho, pelo que as matérias de cariz ambiental que desenvolve devem ser divulgadas, dado que são extremamente relevantes para a avaliação do respetivo desempenho e posição financeira.

10.1 *Prevenção da Produção de Resíduos*

A prevenção de resíduos ocupa o topo da pirâmide dos princípios da hierarquia dos resíduos, sendo portanto considerada como a mais importante operação neste sector. A Ambisousa encara a prevenção de RU como um passo fundamental na sua gestão, procurando, através da execução anual de um conjunto planeado de ações e iniciativas, contribuir para a redução da produção de resíduos e mitigar os impactes negativos que advenham da sua gestão.

No PERSU 2020, em matéria de prevenção da produção de resíduos, encontram-se estabelecidas as seguintes metas:

- *Até 31 de dezembro de 2016 alcançar uma redução mínima de produção de resíduos por habitante de 7,6% em peso relativamente ao valor verificado em 2012;*
- *Até 31 de dezembro de 2020 alcançar uma redução mínima da produção de resíduos por habitante de 10% em peso relativamente ao valor verificado em 2012.*

Embora a atual conjuntura económica e financeira que o país atravessa não permita investimentos muito alargados, impondo restrições orçamentais nestas áreas, constata-se que as metas traçadas pela Ambisousa no domínio da prevenção de resíduos têm sido genericamente cumpridas.

Anualmente é elaborado um Plano de Ação específico para a Semana da Prevenção de Resíduos, no qual são planeadas com detalhe todas as ações e campanhas que se prevê implementar neste âmbito, estimando os recursos necessários à execução das mesmas, bem como definindo um conjunto de indicadores de monitorização que possibilitem a sua posterior avaliação, enquadradas num cronograma temporal.

São ainda convidados todos os Municípios e escolas do Vale do Sousa a participar neste evento, desenvolvendo e inscrevendo ações enquadradas neste âmbito, contribuindo assim para um maior sucesso da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos.

Em resposta às políticas nacionais em matéria de RUB previstas no PERSU 2020, e com o objetivo de proceder ao desvio destes resíduos de aterro, a Ambisousa, aproveitando as características da sua estrutura habitacional, iniciou em 2009 um projeto de compostagem doméstica no Município de Paços de Ferreira.

O projeto de compostagem caseira da Ambisousa envolve, para além da distribuição gratuita de equipamentos, uma monitorização e um acompanhamento periódico do processo por técnicos da Ambisousa, de forma a assegurar e a comprovar a correta utilização destes equipamentos.

Em 2019 a Ambisousa manteve o número de compostores domésticos de 2018, encontrando-se contabilizados 5.371 equipamentos distribuídos nos municípios da Ambisousa.

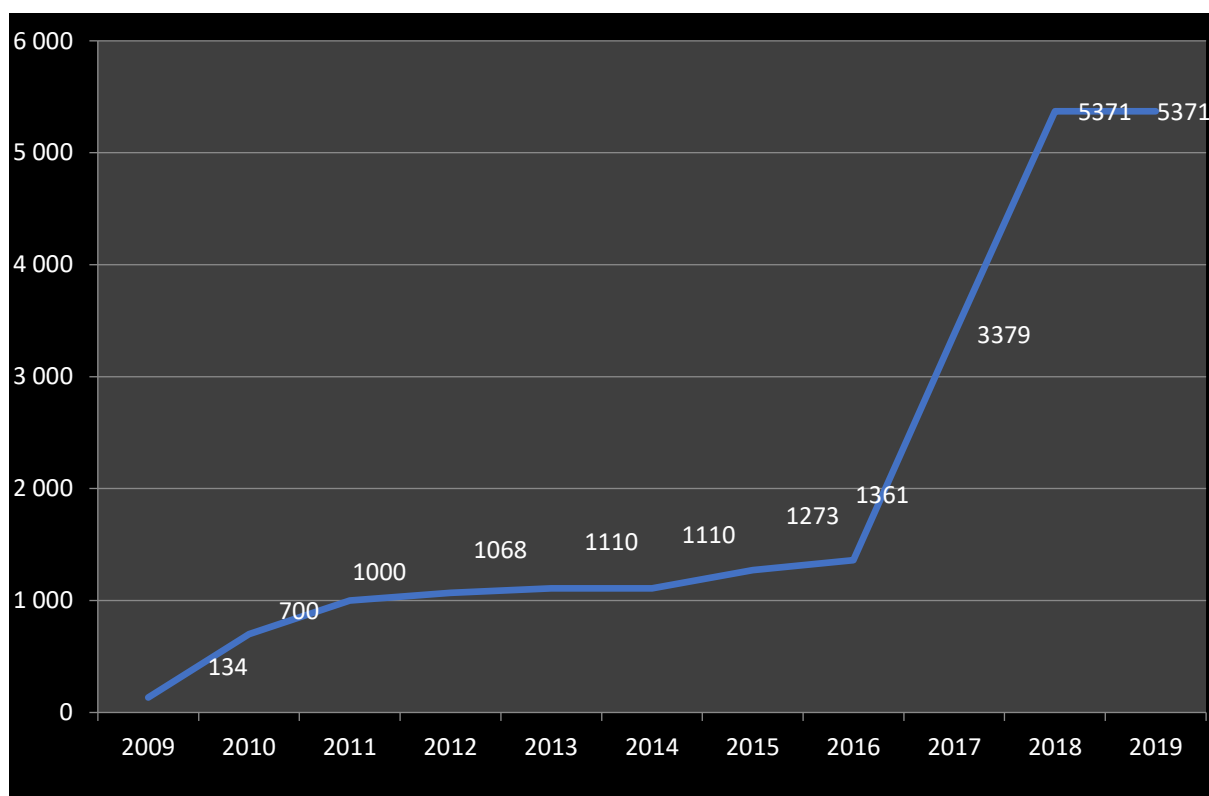


Gráfico 15 – Nº de compostores distribuídos na Ambisousa

Atendendo ao número de compostores já distribuídos, estima-se que possam estar diretamente abrangidos a este projeto cerca de 16.394 habitantes, tendo sido desviadas de aterro aproximadamente 1.239 toneladas de resíduos biodegradáveis e produzidas cerca de 552 toneladas de composto.

Do total de compostores entregues, 66 equipamentos estão unicamente afetos a estabelecimentos de ensino, tendo sido algumas escolas distinguidas com o galardão “Escola Terra à Terra (Figura 1).



Figura 1 – Galardão “Escola Terra à Terra”

10.3 Dia Mundial do Ambiente

Como vem sendo habitual, a Ambisousa assinala o Dia Mundial do Ambiente no aterro sanitário de Lustosa com um conjunto de atividades lúdico-pedagógicas direcionadas à população escolar do Vale do Sousa. Estas ações pretendem contribuir para uma maior sensibilização das crianças para as regras da separação multimaterial, bem como para conceitos relacionados com a reutilização ou a prevenção da produção de resíduos. No dia 5 de junho de 2019, a Ambisousa dinamizou esta iniciativa, em articulação com os seus Municípios, tendo participado as escolas: EB1 Oliveira do Arda de Castelo de Paiva, EB Vila Cova da Lixa + EB de Revinhade de Felgueiras, EB de Penamaior e da EB n.º 1 de Paços de Ferreira, EB1 Galegos de Penafiel, Centro Escolar de Lustosa de Lousada e o Centro Escolar Duas Igrejas de Paredes, fazendo um total de 259 alunos (Figura 3).



Figura 2 – Logo marca do “Dia do Ambiente”



Figura 3 – Exemplos de atividades desenvolvidas no Dia Mundial do Ambiente em 2019

10.4 Visitas Escolares

As visitas constituem uma atividade de sensibilização da Ambisousa de segunda a sexta-feira.

As visitas de estudo começam com uma sessão de esclarecimento sobre a missão da Ambisousa, o seu objetivo e as diferentes infraestruturas. Em seguida, os formandos visitam à Estação de Triagem, local onde é feita a separação das embalagens, provenientes da recolha seletiva dos resíduos sólidos. Durante a visita é explicado os caminhos que os resíduos percorrem, desde que são depositados nas respetivas infraestruturas até à sua passagem pelas unidades operacionais e o encaminhamento para o destino correto. A visita prossegue para o Aterro Sanitário, onde os formandos podem visualizar o espaço destinado à deposição final de resíduos sólidos.

Com estas visitas, os jovens ficam mais sensibilizados para as questões do Ambiente e para a importância cada vez maior que a Reciclagem assume na nossa sociedade!

Em 2019 a Ambisousa recebeu nas suas instalações mais de 900 visitantes.



Figura 4 – Visitas às Infraestruturas da Ambisousa

10.5 Campanha “Dá um desconto aos teus plásticos”

Durante o ano de 2019 a Ambisousa continuou com a campanha “Dá um desconto aos teus plásticos”, pretendendo fomentar a reciclagem de embalagens plásticas e incentivando a população em geral a adotar práticas corretas de separação e valorização destes resíduos.



Figura 5 - Cartaz da Campanha “Dá um desconto aos teus plásticos”

Por cada 35 kg de embalagens plásticas domésticas entregues, a Ambisousa ofereceu vales de 5€ em combustível ou compras, promovendo desta forma uma maior separação destes resíduos.

No âmbito desta campanha, em 2019 foram entregues 9,012 toneladas de embalagens plásticas urbanas.

10.6 Campanha “Papel com Valor!”

A Campanha “Papel com Valor!” encontra-se implementada na Ambisousa desde 2014 e tem como principal objetivo incentivar à reciclagem do fluxo de papel e cartão. Esta campanha surgiu também como medida de atenuação aos desvios de material existente nos ecopontos para o mercado paralelo de resíduos.



Figura 6 - Cartaz da Campanha “Papel com Valor!”

A cada entrega nas instalações da Ambisousa de 50kg de papel e cartão é atribuído um vale de combustível ou de compras, no valor de 5€. Em 2019 várias instituições, escolas e particulares aderiram a esta campanha, tendo-se rececionado um total de 1203,40 toneladas.

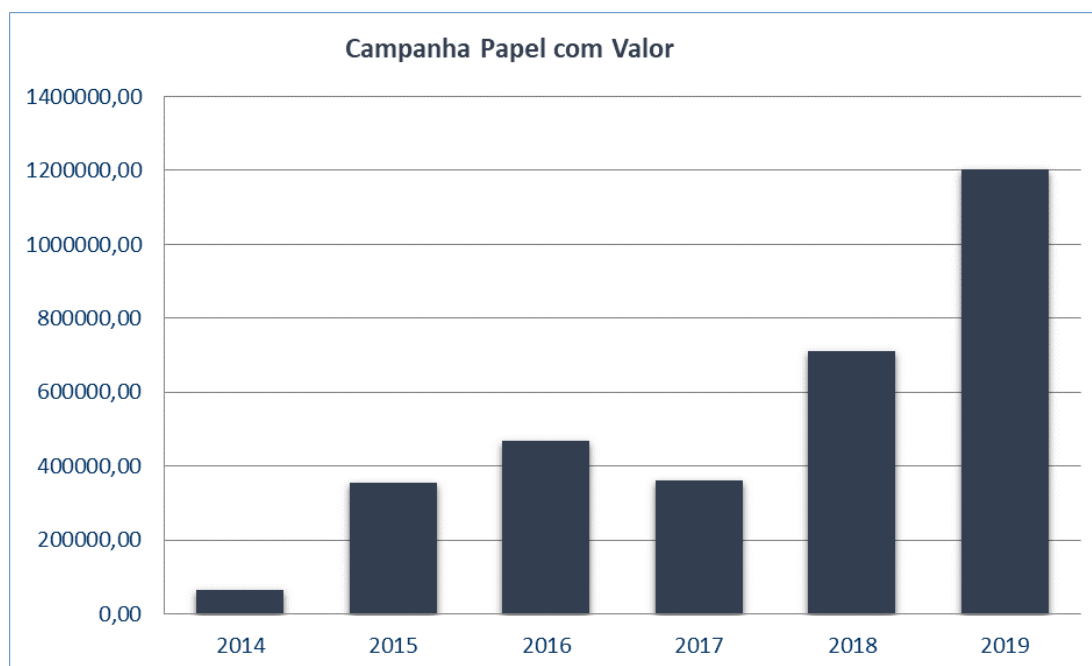


Gráfico 16 – Material rececionado ao longo da campanha

10.7 Presença da Ambisousa em Eventos Públicos

Em 2019 estivemos presentes em vários eventos públicos, com o intuito de contribuir para uma maior sensibilização e educação ambiental, nomeadamente na maior feira agrícola do Norte e Centro do País, a Agrival, que decorreu no Pavilhão de Feiras e Exposições, em Penafiel.

Estivemos também presentes no Pavilhão Rota dos Móveis, em Lordelo, no “Evento Coletivo Anual” do projeto Paredes Educa – Construir Mais Sucesso, com a atividade “Os Estafetas da Reciclagem”. Desafiamos os alunos, a participarem numa corrida de obstáculos.

Também marcamos presença na 3.ª Edição do Dia do Agrupamento de Escolas D. António Ferreira Gomes em Penafiel, que teve como temática a Reciclagem do Plástico – “5Rs – Missão Possível”, com o intuito de encorajar o desenvolvimento de atividades, visando a melhoria do desempenho ambiental das escolas e comunidade, contribuindo para a alteração de comportamentos e do impacto das preocupações ambientais nas diferentes gerações.

Apoiamos a Associação Para o Desenvolvimento da Freguesia de Rio Mau (APDF Rio Mau), ao nível da promoção do IV Poço Negro Trail de Penafiel, bem como as Comissões de Festas do Sr. dos Aflitos de Lousada, S. João de Rio Mau e A.D.S - Associação Desenvolvimento de Sebolido ao nível da promoção do Trail Boneca D'Ouro. Apoiamos também os Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios na II Festa da Francesinha.



Figura 5 – Presença da Ambisousa em vários eventos públicos

10.8 Projeto “Tampinhas & Embalagens”

Desde 2005 que a Ambisousa promove este projeto, no qual efetua a troca de tampas e das respetivas embalagens plásticas por material ortopédico.

Embora este projeto possa ser mais enquadrado numa perspetiva de responsabilidade social, a componente ambiental está intrinsecamente associada, dado que desta forma também se evita que estes materiais sejam depositados em aterro sanitário.

Em 2019 a Ambisousa rececionou 136,28 toneladas de tampas e 93,84 toneladas de embalagens plásticas, tendo disponibilizado cerca de 66.161€ para a aquisição de diverso material ortopédico.

Desde o início deste projeto, a Ambisousa recebeu mais de 2.326 toneladas de tampas e cerca de 501 toneladas de embalagens, tendo disponibilizado 1.682.747 € em material ortopédico.



Figura 6 – Exemplos do material disponibilizado via projeto “Tampinhas e Embalagens”

10.9 Pirilampo Mágico 2019

A Ambisousa, no âmbito da sua política de responsabilidade social, tem-se associado nos últimos anos, a uma campanha que é hoje um dos maiores símbolos de solidariedade social em Portugal, sabendo que a causa a que está associada – o apoio a crianças e jovens com deficiência intelectual e/ou multideficiência – justifica todo o nosso apoio. Esta iniciativa anual da Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, tem como missão promover a qualidade e a sustentabilidade das respostas disponibilizadas pelas suas associadas no que diz respeito à promoção dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência.

Os colaboradores da Ambisousa associaram-se a esta campanha contribuindo com a compra do pirilampo ou outros artigos alusivos à campanha nomeadamente "pins", sacos, t-shirts, canecas e chávenas.



Figura 7 – Pirilampo Mágico 2019

10.10 Licenças Ambientais e Licenças de Exploração

O esforço desenvolvido pela Ambisousa na proteção do ambiente no seu todo foi devidamente reconhecido pela Agência Portuguesa do Ambiente, com a emissão das Licenças Ambientais dos aterros de Lustosa e Rio Mau. Este reconhecimento resulta da nossa postura ambiental responsável e inflexível, sobre um domínio sobre o qual todos temos obrigação de zelar.

As Licenças n.º 36/0.1/2013 (aterro sanitário de Penafiel) e 64/0.1/2013 (aterro sanitário de Lustosa) regulam a gestão ambiental da atividade de exploração destas infraestruturas e compreendem o conjunto de procedimentos e planos de proteção ambiental a adotar pela Ambisousa, entre os quais o de um rigoroso Plano de Monitorização Ambiental, abrangendo análises periódicas às águas subterrâneas, lixiviados, águas superficiais, águas pluviais, gases emitidos e ao ruído.

10.11 Plano de Monitorização Ambiental

A Ambisousa cumpriu integralmente o Plano de Monitorização Ambiental estabelecido nas Licenças Ambientais em vigor, incidindo sobre o controlo das suas emissões, tendo sido alvo de monitorização os seguintes elementos:

- Dados topográficos;
- Dados meteorológicos;
- Dados qualitativos e quantitativos de qualidade de águas subterrâneas;
- Dados qualitativos e quantitativos de águas pluviais potencialmente contaminadas;
- Dados qualitativos e quantitativos de lixiviados brutos produzidos;
- Dados qualitativos e quantitativos de águas residuais após pré-tratamento e,
- Dados qualitativos de emissões atmosféricas.

A colheita de amostras e as análises referentes aos controlos das emissões foram realizados por laboratórios externos acreditados para o efeito, tendo os resultados obtidos sido enviados para as entidades competentes, nomeadamente a APA, a CCDR-N e a ERSAR.

No ano de 2019 o custo total das campanhas de monitorização rondou os 20.000 €, o que revela a importância atribuída pela Ambisousa a esta área. Conforme referido anteriormente, os resultados da monitorização são periodicamente enviados para verificação por parte das entidades administrativas, reunindo os elementos demonstrativos do cumprimento das licenças ambientais e de exploração, bem como os sucessos alcançados e as dificuldades encontradas para atingir as metas acordadas.

O RAA reúne todas as informações ambientais das infraestruturas da Ambisousa, incluindo pontos de situação relativos às condições de operação, nomeadamente no que se refere às operações e práticas de gestão de resíduos, alterações topográficas, controlo de lixiviados, gestão de recursos (água e energia), sistemas de tratamento e pontos de emissão, emissões das instalações e monitorização ambiental, reclamações apresentadas, execução e metas do Plano de Desempenho Ambiental, emergências verificadas e ações corretivas implementadas.

Como já referido, para além da elaboração dos relatórios enunciados anteriormente, a Ambisousa, paralelamente, submete os dados de monitorização ambiental e de gestão de resíduos em várias plataformas informáticas para controlo e verificação externa pela APA, CCDR-N e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), designadamente:

- Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU/SiliAMB);
- Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR/SiliAMB);
- Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR);
- Balcão Eletrónico da CCDR-N (monitorização de emissões poluentes para a atmosfera), e
- Indicadores de 3ª Geração (Portal ERSAR).

Relativamente a esta última plataforma, os indicadores de 3ª Geração permitem avaliar o desempenho da Ambisousa para a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores, bem como efetuam um *benchmarking* com outros sistemas de gestão de resíduos de âmbito nacional, comparando performances e desempenhos.

Acresce ainda que toda a base de dados de monitorização ambiental da Ambisousa encontra-se internamente concentrada num sistema de informação geográfica denominado “*AmbiSIG – Portal de Informação Geográfica e Monitorização Ambiental da Ambisousa*”. Esta ferramenta informática, para além das múltiplas vantagens no armazenamento e integração dos diferentes conjuntos de dados em sistema único, proporciona a georreferenciação dos vários equipamentos de proteção e controlo ambiental existentes, bem como uma análise e otimização dos recursos materiais e humanos afetos ao projeto de compostagem doméstica do Vale do Sousa (Figura 8).

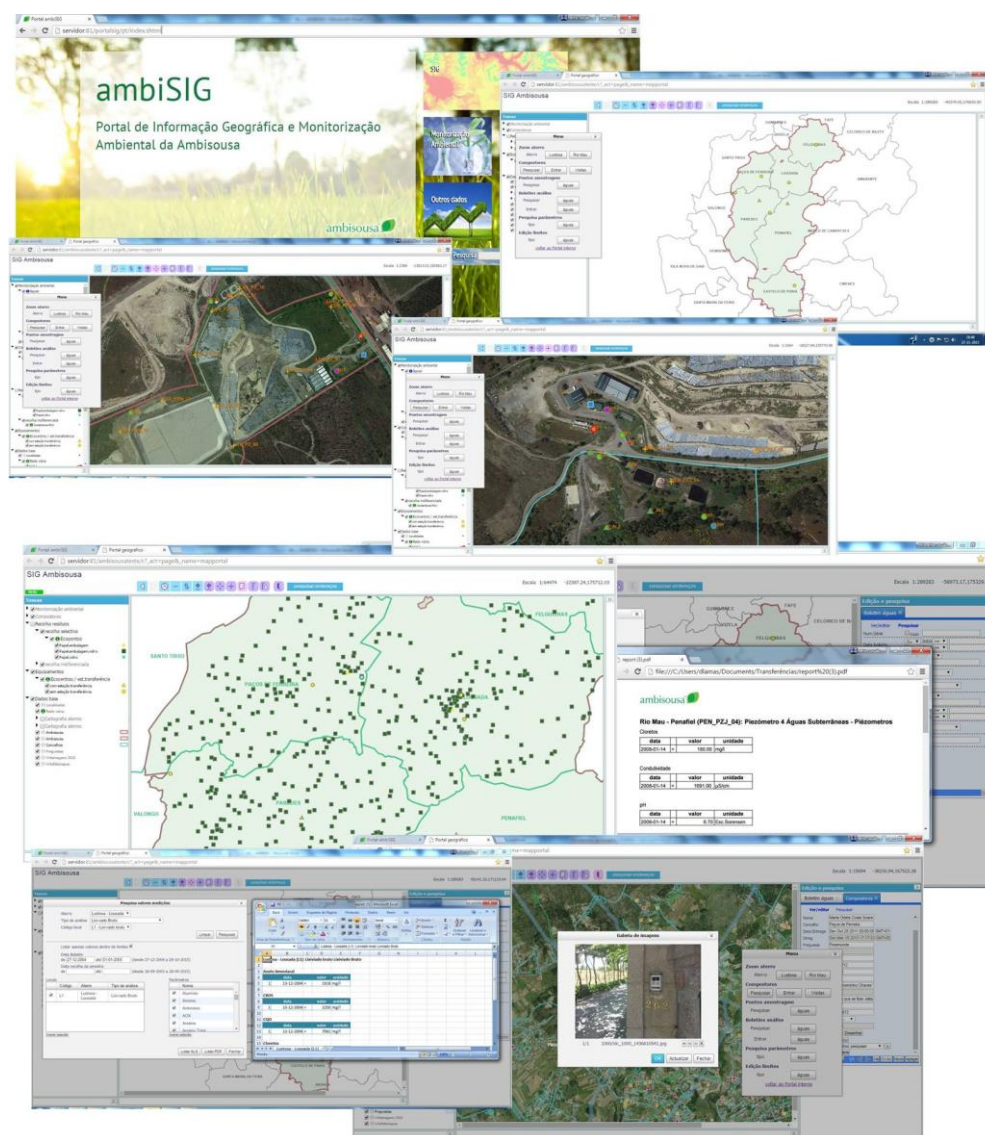


Figura 8 – Vários Prt Sc do AmbiSIG da Ambisousa

De forma a garantir o tratamento eficaz e ambientalmente seguro dos lixiviados produzidos nos aterros sanitários, a Ambisousa efetua um pré-tratamento inicial por arejamento em lagoas, encaminhando posteriormente estes efluentes para tratamento numa Estação de Tratamento de Águas Residuais, por intermédio de camião-cisterna (aterro sanitário de Penafiel) ou por coletor municipal (aterro sanitário de Lustosa).

No ano de 2019 foram enviados para tratamento 99.839 m³ de lixiviado, representando uma ligeira diminuição de aproximadamente 2% face a 2018, explicada por uma menor incidência da precipitação média, conforme consta dos registos fornecidos pelas estações meteorológicas existentes nos aterros de Lustosa e Penafiel.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução anual deste indicador, bem como a evolução da respetiva precipitação média (mm/d), possibilitando constatar a relação direta que existe entre os mesmos.

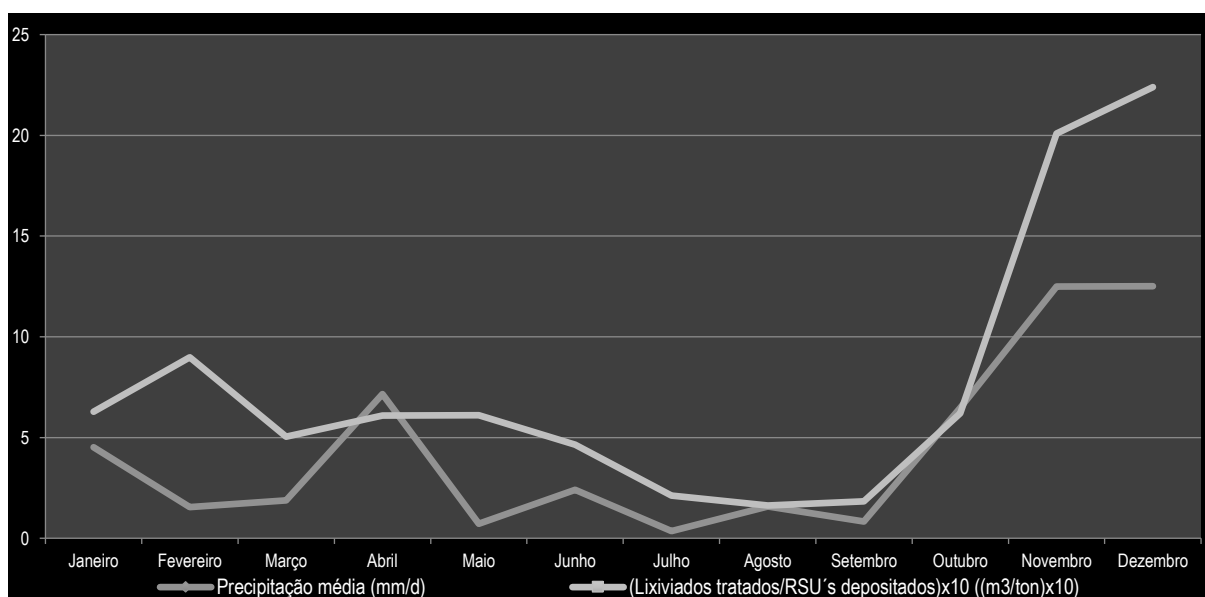


Gráfico 17 – Evolução do indicador “Lixiviados tratados/RSU’s depositados” e registo de Precipitação

10.13 Valorização do Biogás de aterro

O biogás produzido nos aterros sanitários, resultante da decomposição da fração biodegradável dos resíduos urbanos, é essencialmente constituído por metano (CH₄) e dióxido de carbono (CO₂), gases que contribuem significativamente para o aquecimento global.

Ciente da necessidade de que o biogás deve ser captado, tratado e utilizado de forma a reduzir ao mínimo os efeitos negativos ou a deterioração do ambiente e os riscos para a saúde humana, a Ambisousa implementou nos seus aterros Centrais de Valorização Energética (CVE). Nestas instalações o biogás produzido é captado e valorizado, produzindo consequentemente energia elétrica para injeção na Rede Elétrica Nacional.

No ano de 2019, as CVE produziram 4.567.225 kWh, equivalente ao consumo de energia elétrica de 1.243 habitações, evitando a emissão de 3.223 toneladas de CO₂. Esta produção obtida representa uma diminuição de aproximadamente 19%, face ao ano anterior.

No gráfico seguinte apresentam-se as evoluções das produções anuais de energia nas CVE (kWh), relativamente aos dois últimos anos.

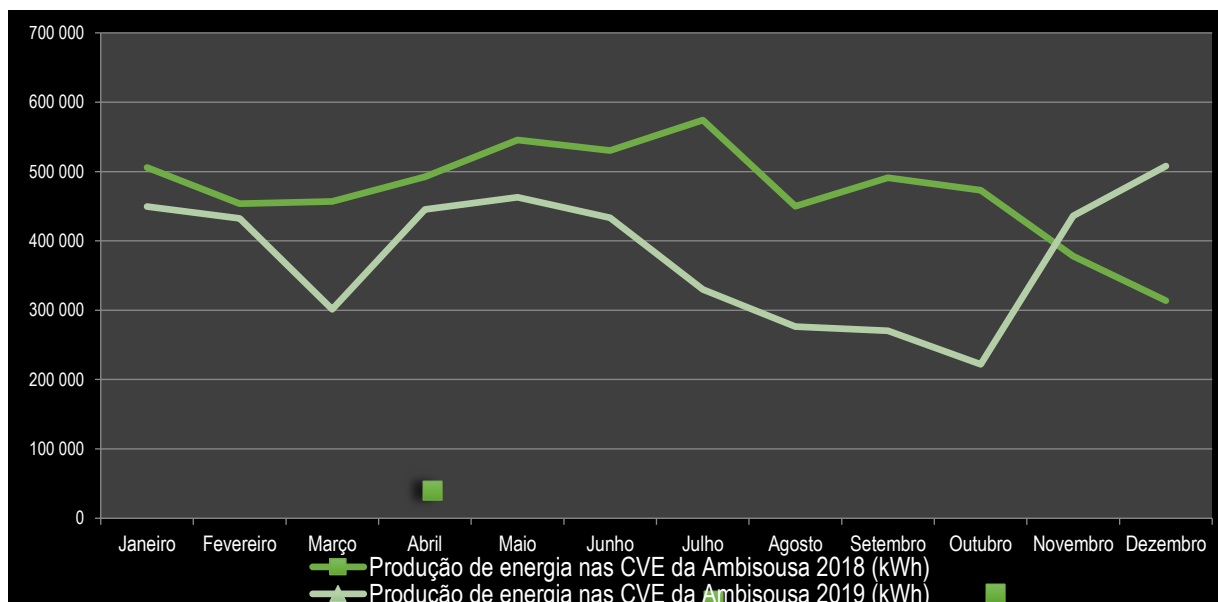


Gráfico 18 – Produções anuais de energia nas Centrais de Valorização Energética (kWh)

No gráfico seguinte apresenta-se uma comparação desde 2014, relativamente às emissões evitadas de CO₂ e ao equivalente de consumo de energia elétrica produzida.

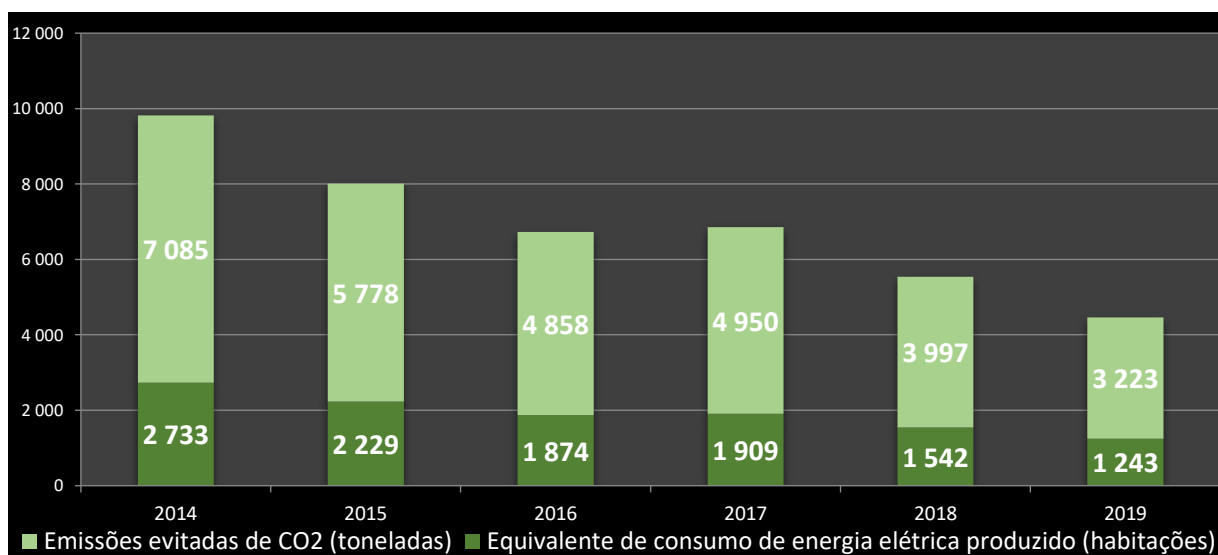


Gráfico 19 – Emissões evitadas de CO₂ (ton) e Equivalente de consumo de energia elétrica produzida (habitações)

10.14 Projeto Solar-Fotovoltaico

Ciente da necessidade de contribuir para um esforço conjunto de mitigação das alterações climáticas, aproveitando a orografia e as condições meteorológicas existentes nos aterros sanitários de Lustosa e Penafiel, a Ambisousa decidiu implementar em cada uma destas infraestruturas um sistema solar-fotovoltaico, com uma potência unitária de 70 kW.

Estima-se uma produção global anual, para cada sistema, de aproximadamente 116 000 kWh, traduzido num investimento total de aproximadamente 183.000 €. O período de retorno do investimento será, ao que tudo indica, de 5,3 anos.

O concurso foi lançado no final de outubro de 2013, e a respetiva entrada em funcionamento ocorreu em agosto de 2014, embora nesse mês tenham ocorrido os necessários testes de afinação

Este investimento, para além de apresentar um retorno rápido do investimento, enquadra-se e contribui efetivamente na concretização da iniciativa 20-20-20, lançada pela UE, na qual se pretende aumentar o peso das energias renováveis na Europa, reduzindo as emissões de CO₂ e melhorando a eficiência energética em 20% até 2020. A implementação deste sistema evidencia um excelente exemplo de boas-práticas ambientais e reflete o esforço da Ambisousa em promover a utilização de recursos energéticos renováveis e alternativos.

Até final de agosto de 2019¹⁵ foi produzido um total de 147 572 kWh de energia nas centrais solares fotovoltaicas da Ambisousa, no qual 76 498 kWh dizem respeito à unidade de Lustosa e 95 606 kWh à de Penafiel.

De setembro de 2014 até ao final de agosto de 2019, o sistema produziu na sua totalidade 1 030 832 kWh, dos quais 529 285 kWh no aterro de Lustosa, e 505 068 kWh no aterro de Penafiel (Gráfico 26).

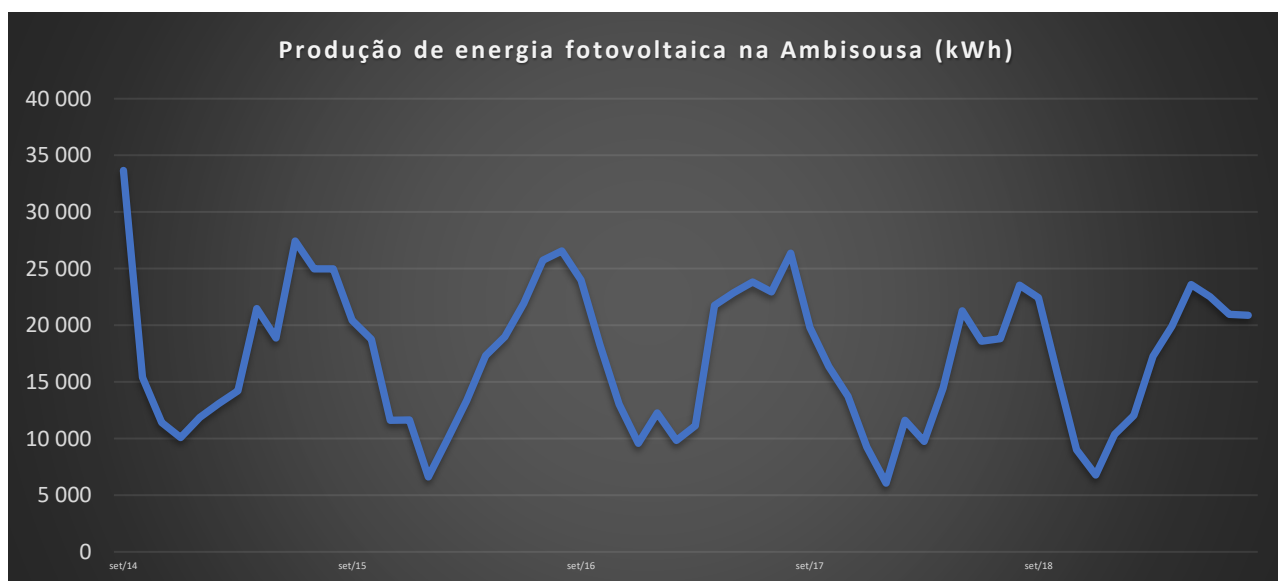


Gráfico 20 – Produção fotovoltaica na Ambisousa

¹⁵ Dados estabilizados até final desta data.

O Aterro de Inertes de Rio Mau localiza-se na Serra da Boneca, Município de Penafiel, e constitui-se como uma infraestrutura adequada à deposição de resíduos inertes, possibilitando a requalificação ambiental de uma antiga exploração de lousas (ardósias), repondo, tanto quanto possível, as condições iniciais do terreno e a sua integração paisagística.

A antiga exploração da louseira implicou alterações significativas no meio ambiente, com repercussões nos sistemas circundantes, originando uma diminuição e deterioração do coberto vegetal original, conduzindo a uma diminuição da qualidade biofísica de toda a área. De facto, resultou numa área onde são evidentes as alterações morfológicas provocadas, onde a criação de acessos aos poços e plataformas das escombreyas originou o assoreamento e desregularização das linhas de água existentes, nomeadamente, a Ribeira da Louseira, afluente do Rio Mau.

A deposição de resíduos inertes no local permitirá a criação de uma topografia mais próxima da original (antes da exploração da louseira), e a resolução de algumas situações inseguras no local. Após a deposição dos resíduos inertes, o aterro será selado e sujeito a integração paisagística, de modo a criar um parque de recreio.

Este aterro de inertes, único do género na área de intervenção da Ambisousa, possui uma capacidade total de 124 000 toneladas e um volume de encaixe total de 103 156 m³. Com esta Unidade, fica assim assegurado um destino final para este tipo de resíduos, evitando que sejam ilegalmente descarregados no meio ambiente e permitindo a resolução de um pesado passivo ambiental.

A licença de exploração do Aterro de Resíduos Inertes foi renovada em 2016 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), sendo válida até 31 de dezembro de 2022.

Em 2019, este aterro rececionou 775,98 toneladas de resíduos inertes, o que se traduz numa diminuição de aproximadamente 31%, face a 2018. Em termos globais, o aterro de resíduos inertes da louseira da boneca rececionou até ao momento 8.493,94 toneladas de material inerte.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução das quantidades totais rececionadas nesta instalação.

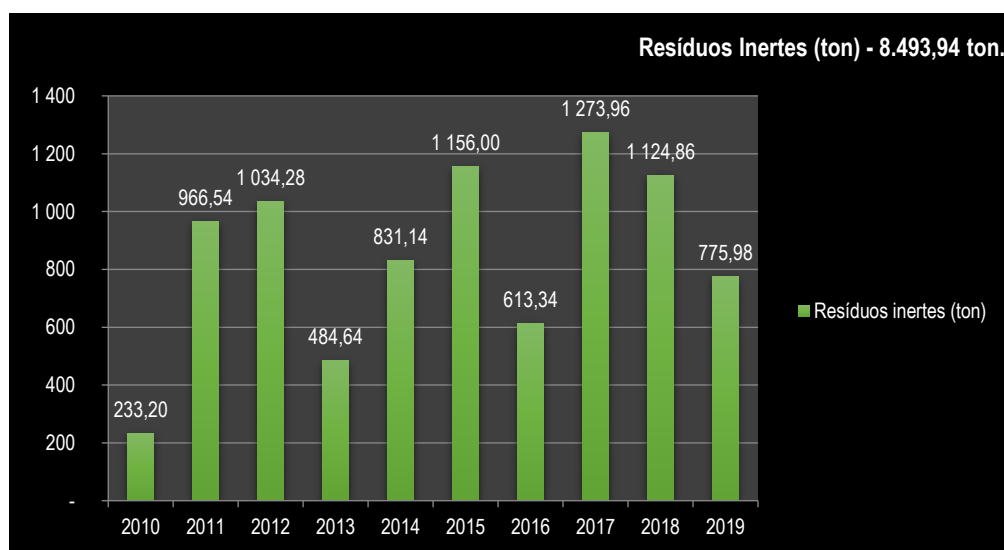


Gráfico 21 – Resíduos inertes rececionados

A candidatura “Reforço da recolha seletiva e triagem de Resíduos Urbanos” insere-se na estratégia definida no Eixo 2 - Promover o aumento das recolhas seletivas e a retoma de materiais recicláveis do PAPERSU da Ambisousa, compreendendo a densificação da atual rede de ecopontos, bem como a reformulação dos centros de triagem de Lustosa e Penafiel. Esta candidatura obteve um financiamento aprovado pelo POSEUR de 5.218.942,63 €.

A Ambisousa lançou a 2 de março de 2016 um Concurso Público para a “Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel”, conforme Aviso publicado no Diário da República Nº 43, II Série, de 02/03/2016, bem como no Jornal Oficial da União Europeia em 04/03/2016.

Esta obra foi iniciada em novembro de 2017, tendo até final desse ano sido desenvolvidos os trabalhos de definição de *layout* final das instalações, elaboração do projeto de execução, bem como início das demolições da antiga unidade de triagem de Lustosa.

Durante o ano de 2018 foi executada cerca de 80% da obra, correspondendo à quase totalidade da parte de construção civil e também à maioria dos equipamentos eletromecânicos previstos. Em 2019 os centros de triagem iniciaram a sua atividade.

Na Figura seguinte apresentam-se imagens da nova Estação de Triagem de Lustosa.



Figura 9 – Imagens da nova Unidade de Triagem de Lustosa

Tendo em vista potenciar a recuperação de materiais recicláveis e o cumprimento das metas impostas no quadro legislativo, tem sido uma preocupação da Ambisousa em colocar à disposição de todos os municípios da sua área de intervenção equipamentos adequados à deposição seletiva de resíduos.

Para o efeito, a Ambisousa tem vindo a fornecer ecopontos aos vários Municípios, quer para aumento da rede, quer para substituições de equipamentos danificados.

No final de 2019 contabilizou-se no Vale do Sousa um total de 1.496 ecopontos, aos quais corresponde um rácio de 1 ecoponto para 222 habitantes.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do número de ecopontos disponíveis no Vale do Sousa desde 2012, sendo de salientar um aumento de aproximadamente 2% dos equipamentos disponíveis, face a 2018.

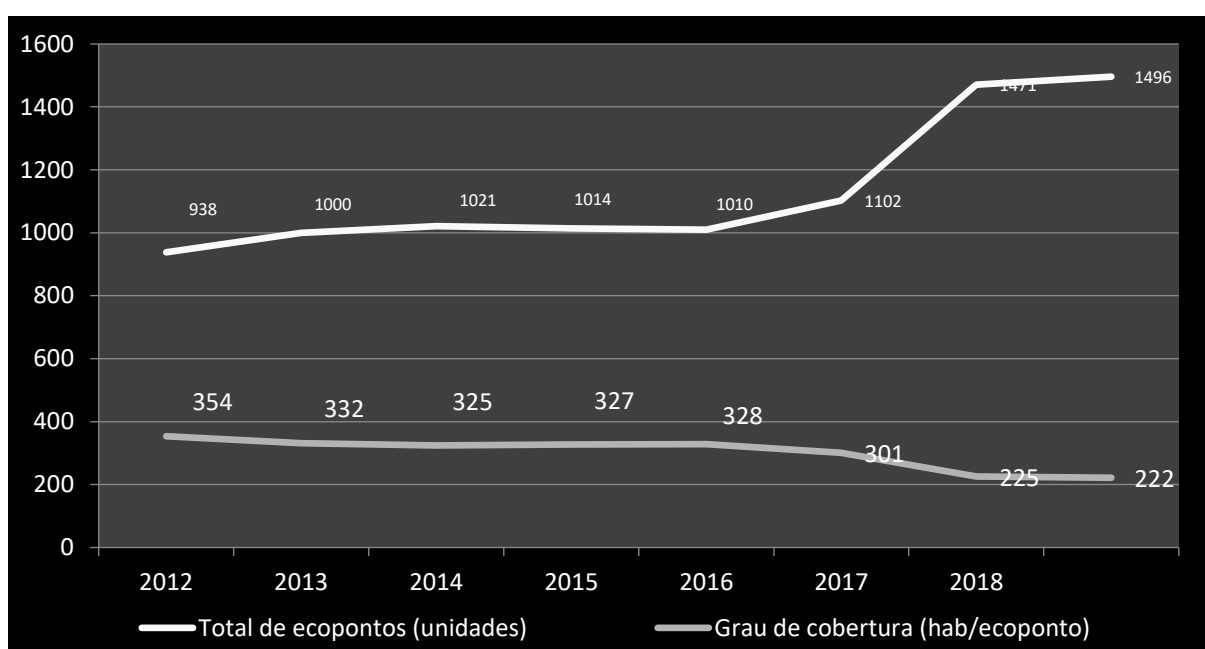


Gráfico 22 – Evolução do nº de ecopontos disponíveis e respetivo grau de cobertura no Vale do Sousa

Na Figura seguinte, apresentam-se alguns dos ecopontos disponibilizados pela Ambisousa.



Figura 10 – Algumas fotografias dos ecopontos disponibilizados pela Ambisousa

A candidatura das “Ações de Educação e Sensibilização com vista à valorização de resíduos” foi aprovada pelo POSEUR em 2017, integrando um “Plano das ações de educação e sensibilização com vista à valorização de resíduos urbanos”.

O conjunto de ações consideradas têm o principal enfoque nos primeiros patamares da pirâmide de gestão de resíduos, ou seja, ao nível da prevenção e redução e da preparação para a reutilização e reciclagem. Foram financiadas 4 ações, nomeadamente Ação 1 – Promoção da educação e sensibilização da população em geral; Ação 2 – Promoção da prevenção de Resíduos; Ação 3 - Conceção e produção de materiais de suporte a ações de sensibilização e Ação 4 - Formação de técnicos da administração local. Esta candidatura, com um custo total de 117 000€, foi apoiada em 85% pelo POSEUR, o que significa que a Ambisousa apenas terá de suportar 17 550€. Esta candidatura foi executada durante os anos de 2018 e de 2019.

Ação 1 – Promoção da educação e sensibilização da população em geral

A Ação 1 envolveu subações relacionadas com a conceção e produção de vídeos promocionais, a conceção e divulgação de spots e outros programas de rádio e a personalização exterior de viaturas de recolha e outros equipamentos.



Figura 11 – Divulgação de mensagens de sensibilização ambiental



Figura 12 – Personalização de viaturas de recolha

Ação 2 – Promoção da prevenção de Resíduos

Foram realizadas várias ações de sensibilização com enfoque nas temáticas da prevenção, redução e separação dos resíduos, através de contacto direto (presencial), que leve estas temáticas individualmente a cada produtor.



Figura 13 - Eventos nas Escolas

O tema deste ano, da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos 2019 foi a "Mude os seus hábitos, Reduza os seus resíduos!", pelo que desafiamos todos os interessados em participar a desenvolverem e a submeterem online ações enquadradas nesta temática.



Figura 14 – Promoção da Prevenção de Resíduos

Com o desígnio de sensibilizar a população para as boas práticas no que concerne à deposição de resíduos seletivos a Ambisousa esteve presente nas Festas Populares dos 6 concelhos, com uma acção denominada "Ação Lixo no Chão Não!"

Esta ação, procurou sensibilizar a população para a importância da reutilização e reciclagem durante os períodos festivos e feiras municipais.



Figura 15 – Ações de Sensibilização em Festas Populares e Feiras

Ação de comunicação e sensibilização direcionada para o canal HORECA, com o objetivo de incentivar a separação de todos os resíduos de embalagens para reciclagem, esclarecendo dúvidas e incentivando a boas práticas na gestão dos resíduos de embalagens.

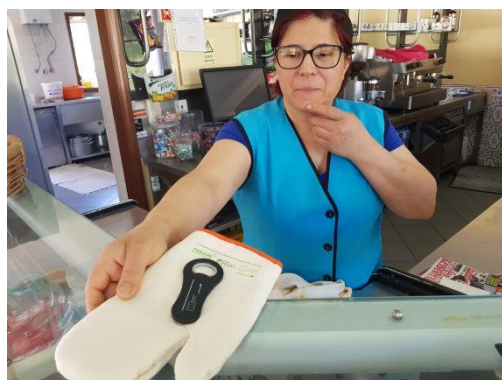


Figura 16 – Ações de Sensibilização nos HORECA

Ação 3 - Conceção e produção de materiais de suporte a ações de sensibilização

A criação da Mascote da Ambisousa irá funcionar como uma personagem amigável, inteligente e divertida que facilitará a ligação e interatividade com a população mais jovem. Deste modo, o principal objetivo é fomentar o interesse pelo Ambiente.



Figura 17 – Mascote da Ambisousa “Sousinha”

Com o objetivo de continuar a reforçar a mensagem e proporcionar uma aprendizagem de forma divertida, promovendo o aumento da consciencialização ambiental, oferecemos aos municípios um jogo de exterior (4.00m*2,67m) direcionado para a temática dos resíduos.

Também adquirimos Ecobags, uma vez que consideramos ser uma peça fundamental nas ações de comunicação e sobretudo na concretização da mudança de hábitos de separação no lar.



Figura 18 – Imagens dos Ecobags e Jogo Lúdico pedagógico

11. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1 – Situação Económica

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela Ambisousa, EIM, no exercício de 2019.

Os resultados apresentados foram os seguintes:

	2019	2018
Resultados Operacionais	727 255	463 330
EBITDA	1 471 673	1 441 788
Resultados Antes de Impostos	727 255	463 330
Imposto sobre o Rendimento	-152 130	-98 948
Resultado Líquido do Exercício	575 125	364 382

A Ambisousa EIM, concluiu o exercício económico de 2019, com um reforço da sua situação económica, tendo obtido um resultado líquido positivo de 575.125 €. Este resultado traduz uma evolução favorável da atividade da empresa, com um crescimento dos resultados de quase 58%. em relação ao ano anterior.

Rendimentos e ganhos

(valores em Euros)	2019	2018	Variação	
			2019-2018	
			Valor	%
Vendas	1 781 617	1 274 113	507 504	39,83%
Prestação de serviços (gestão de resíduos)	2 909 105	2 788 600	120 505	4,32%
Subsídios à Exploração	56 383	7088	49 295	695,47%
Ganhos e perdas imp de subs, associadas	1500	4000	-2 500	-62,50%
Outros Rendimentos e Ganhos	294 606	532 694	-238	-44,70%
Total dos Rendimentos e Ganhos	5 043 210	4 606 495	436 715	9,48%

Os rendimentos e ganhos do exercício atingiram o montante 5.043.210 Euros. Este valor reflete uma variação em relação ao ano de 2018 de mais 436.715 Euros. Esta variação resultou no essencial de um forte incremento das vendas de reciclados, com uma variação de cerca de 507.504 Euros, o que traduz uma recuperação em relação ao ano transato, em que aconteceu uma quebra.

Gastos e Perdas

(valores em Euros)	2019	2018	Variação	
			2019 - 2018	
			Valor	%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	303 729	229 297	74 432	32,46%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 993 258	2 025 160	-31 902	-1,58%
Custos com o Pessoal	1 120 872	796 483	324 389	40,73%
Outros Gastos e Perdas	153 678	113 766	39 912	35,08%
Amortizações, Ajustamentos e Imparidade	744 418	978 458	-234 040	-23,92%
Total dos Custos e Perdas	4 315 955	4 143 165	172 790	4,17%

O total dos gastos e perdas de 2019 atingiram o valor de 4.315.955 Euros, registando-se um ligeiro agravamento de cerca de 4,17 % (172.790 €) relativamente ao exercício de 2018.

Esta evolução foi influenciada, no essencial, pela evolução dos gastos da rubrica do “Pessoal”, com mais 324.389 Euros. Este forte acréscimo deveu-se ao alargamento da atividade à recolha de reciclados e a consequente necessidade de recrutamento de pessoal. Em sentido contrário, a rubrica de “Amortizações, Ajustamentos e Imparidade”, teve uma variação de menos 234.040 Euros em relação ao ano passado. Para esta diminuição contribuiu este ano não se ter repetido o investimento em Ecopontos, totalmente depreciados no ano do seu investimento – situação que ocorreu em 2018.

Situação Patrimonial e Financeira (valores em Euros)

	2019	2018
Ativos fixos tangíveis	7 407 780	5 339 986
Ativos fixos intangíveis	2 728 555	0
Ativo Corrente	11 479 303	11 693 953
Clientes	2 378 176,88	2 012 550,2
Caixa e depósitos bancários	8 459 180,71	9 371 276,1
Total do Ativo	21 619 618	17 035 868
Capital Próprio	11 464 723	10 077 483
Provisões	5 912 161	3 290 004
Passivo por impostos diferidos	630 275	414 396
Passivo Corrente	3 612 459	3 253 988
Fornecedores	460 749,31	229 520,01
Outras dividas a pagar	3 058 812,92	2 935 343,3
Total do Capital Próprio e Passivo	21 619 618	17 035 868

No que respeita a análise da situação patrimonial e financeira, destaca-se um assinalável aumento dos ativos, no montante de 4.583.750 Euros. Esta forte variação deveu-se principalmente ao investimento relacionado com a obra “Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel” e ao registo de intangíveis relacionados com o aumento dos custos estimados com a selagem dos aterros. Decorrente desta situação verifica-se em contrapartida evolução do passivo não corrente, nomeadamente das Provisões, que foram objeto de uma atualização, tendo um incremento de cerca de 2.622.157 Euros. Os capitais próprios da empresa também melhoraram, verificando-se um acréscimo de 1.387.240 Euros. Este efeito resulta do reconhecimento de subsídios ao investimento não reembolsáveis, por via do aumento dos investimentos conforme referido, bem como devido à continuação da política de retenção dos resultados na empresa. Paralelamente, esta evolução refletiu-se no comportamento positivo dos Indicadores Financeiros.

Indicadores Financeiros

INDICADORES	2019	2018	2017
Liquidez Geral	3,18	3,59	5,76
Fundo de Maneio *	7 867	8 440	9 674
Prazo médio Recebimentos **	185	181	140
Autonomia Financeira	0,53	0,59	0,61
Meios Libertos *	1 320	1 342	2 228

* Valores em milhares de Euros

** Valores em dias

Em relação aos indicadores financeiros apresentados, registe-se o facto de se manterem positivos, sendo de realçar, o facto do prazo médio de recebimentos ter piorado ligeiramente, passando de 181 dias para um prazo de 185 dias, neste exercício. Os indicadores de liquidez geral, fundo de maneio, autonomia financeira e meios libertos traduzem uma boa situação económica e financeira, apesar de terem piorado face aos dois períodos anteriores.

12. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à administração fiscal, nem ao Centro Regional da Segurança Social, nem quaisquer outras entidades públicas.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do exercício de 2019, que ascendeu ao valor de 575.125,26 €, seja dada a seguinte aplicação:

- 10 % para Reserva Legal, na quantia de 57.512,53 €;
- A quantia remanescente, no valor de 517.612,73 €, seja aplicado na conta “Reserva para Investimentos Futuros”.

14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos das alíneas a), b) e d) do número 1 do Artigo 29º dos Estatutos da Empresa, juntam-se os quadros para o efeito elaborados:

Balanço da Empresa;

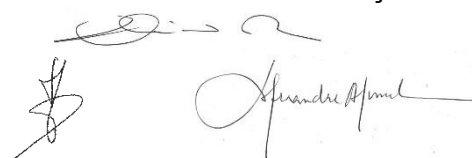
Demonstração dos Resultados por Natureza;

Demonstração dos fluxos de caixa;

Demonstração das variações do Capital Próprio

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 de dezembro 2019		UNIDADE MONETÁRIA (1)	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/19	31/dez/18
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	(8)	7 407 779,97	5 339 985,84
Ativos intangíveis	(7)	2 728 554,61	0,00
Participações financeiras- outros métodos	(9)	510,00	510,00
Outros Investimentos financeiros	(15,10)	3 470,58	1 419,91
		10 140 315,16	5 341 915,75
Ativo Corrente			
Inventários	(10)	62 733,40	55 182,55
Clientes	(14,1)	2 378 176,88	2 012 550,23
Estados e outros entes públicos	(15,1)	566 700,94	208 790,22
Outros créditos a receber	(14,2)	2 025,21	2 601,89
Diferimentos	(15,2)	10 485,55	43 551,48
Caixa e depósitos bancários	(4)	8 459 180,71	9 371 276,14
		11 479 302,69	11 693 952,51
Total do Ativo		21 619 617,85	17 035 868,26
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	(14,5)	600 000,00	600 000,00
Reservas legais	(14,6)	679 000,17	642 561,95
Outras reservas	(14,6)	7 241 122,62	6 913 178,66
Ajustamento / Outras variações no capital próprio	(14,7)	2 369 474,75	1 557 360,26
		10 889 597,54	9 713 100,87
Resultado líquido do período		575 125,26	364 382,18
Total do capital próprio		11 464 722,80	10 077 483,05
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	(13)	5 912 160,74	3 290 003,74
Passivo por impostos diferidos	(14,7)	630 275,11	414 396,57
		6 542 435,85	3 704 400,31
Passivo corrente			
Fornecedores	(14,3)	460 749,31	229 520,01
Estado e outros entes públicos	(15,1)	92 896,97	89 121,56
Outras dívidas a pagar	(14,4)	3 058 812,92	2 935 343,33
		3 612 459,20	3 253 984,90
Total do passivo		10 154 895,05	6 958 385,21
Total do capital próprio e do passivo		21 619 617,85	17 035 868,26

O Conselho de Administração

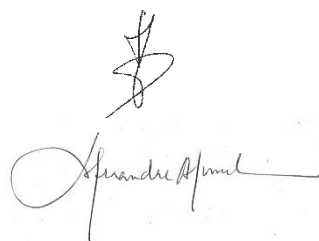


O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro 2019		UNIDADE MONETÁRIA (1)	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	(11)	4 690 721,76	4 062 712,56
Subsídios à exploração	(15,8)	56 382,82	7 087,75
Ganhos/perdas imput de subsid, associadas e empreend.conj.	(9)	1 500,00	4 000,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10)	-303 729,16	-229 297,42
Fornecimentos e serviços externos	(15,3)	-1 993 257,86	-2 025 160,28
Gastos com o pessoal	(15,4)	-1 120 871,73	-796 483,15
Outros rendimentos	(15,5)	294 605,81	532 694,23
Outros gastos	(15,6)	-153 678,20	-113 766,07
Resultado antes de deprec, gastos de financ. e imp		1 471 673,44	1 441 787,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(15,7)	-744 417,91	-978 457,92
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e imp)		727 255,53	463 329,70
Resultado antes de impostos		727 255,53	463 329,70
Imposto sobre o rendimento do período	(12)	-152 130,27	-98 947,52
Resultado líquido do período		575 125,26	364 382,18
(1) - O euro.			

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019			
	Notas	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		5 809 870,85	5 358 635,84
Pagamentos a fornecedores		-2 497 524,47	-2 434 093,26
Pagamentos ao Pessoal		-667 244,12	-460 370,48
Fluxo gerado pelas operações		2 645 102,26	2 464 172,10
Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento		-153 226,31	-36 363,23
Outros recebimentos/pagamentos relativos à activ. operacional	(4)	-1 509 466,76	-1 207 265,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		982 409,19	1 220 543,13
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		1 230 481,49	2 334 205,58
Juros e rendimentos similares		8 139,26	20 838,18
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-2 050,67	791,81
Activos fixos tangíveis		-3 188 957,52	-3 929 455,36
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		-1 952 387,44	-1 573 619,79
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos/recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações	(15.8)	56 382,82	0,00
Dividendos	(9)	1 500,00	4 000,00
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		57 882,82	4 000,00
Variações de caixa e seus equivalentes		-912 095,43	-349 076,66
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		9 371 276,14	9 720 352,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 459 180,71	9 371 276,14
(valores em euros)			

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

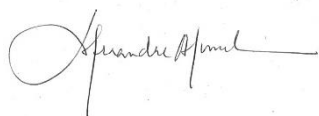
Demonstração individual das alterações no capital próprio no exercício de 2019

Unidade monetária (1)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total do Capital Próprio
		Capital SUBSCRITO	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	600 000,00	509 562,10	5 716 179,96	175 691,85	1 329 998,55	8 331 432,46	8 331 432,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Alterações de políticas contabilísticas								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			132 999,85	1 196 998,70	1 381 668,41	(1 329 998,55)	1 381 668,41	1 381 668,41
	2		132 999,85	1 196 998,70	1 381 668,41	(1 329 998,55)	1 381 668,41	1 381 668,41
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					364 382,18	364 382,18	364 382,18
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						364 382,18	364 382,18
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
	5							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6=1+2+3+5	600 000,00	642 561,95	6 913 178,66	1 557 360,26	364 382,18	10 077 483,05	10 077 483,05
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	7	600 000,00	642 561,95	6 913 178,66	1 557 360,26	364 382,18	10 077 483,05	10 077 483,05
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Alterações de políticas contabilísticas								
Aplicação de resultado líquido			36 438,22	327 943,96		(364 382,18)		
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Ajustamentos de Subsídios ao Investimento					812 114,49		812 114,49	812 114,49
	8		36 438,22	327 943,96	812 114,49	(364 382,18)	812 114,49	812 114,49
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	9					575 125,26	575 125,26	575 125,26
RESULTADO INTEGRAL	10=8+9						575 125,26	575 125,26
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
	11							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	12=7+8+10	600 000,00	679 000,17	7 241 122,62	2 369 474,75	575 125,26	11 464 722,80	11 464 722,80

O Conselho de Administração





O Contabilista Certificado



15. Notas às Demonstrações Financeiras

Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 29.º dos Estatutos da Empresa, junta-se o anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Notas às Demonstrações Financeiras

Nota 1. Identificação da entidade

A Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM foi constituída por escritura pública celebrada em 14 de outubro de 2002.

Tem a sua sede na Av. Sá e Melo, n.º 30, Cristelos 4620-009 Lousada.

A Empresa tem como objeto social a exploração da atividade de recolha, transferência, tratamento e deposição de resíduos sólidos, de tratamento e rejeição de efluentes e de limpeza e higiene públicas, na área geográfica do Vale do Sousa.

A Associação de Municípios do Vale do Sousa é a única detentora do capital social, que atualmente ascende a 600.000 €.

O Decreto Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 17.º que “Um município, uma associação de municípios ou uma área metropolitana podem delegar os respetivos serviços descritos no artigo 2.º em empresa do sector empresarial local, abreviadamente designada por empresa municipal, cujo objeto compreenda a gestão dos mesmos.” E no n.º 3 do mesmo artigo que “A delegação referida no n.º 1 é efetuada através da celebração de contrato de gestão delegada entre o município, a associação de municípios ou a área metropolitana e a empresa municipal delegatária.”

Neste sentido, em 17/07/2019 foi celebrado entre a Ambisousa e a Associação de Municípios do Vale do Sousa um contrato de gestão delegada que regula a delegação dos serviços de recolha seletiva dos resíduos recicláveis provenientes dos ecopontos e ecocentros integrados no sistema; a triagem dos resíduos recicláveis recolhidos seletivamente e seu encaminhamento através das entidades gestoras de fluxos de embalagem licenciadas no âmbito do SIGRE; receção, tratamento e destino final de resíduos da recolha indiferenciada, nomeadamente por via da gestão de aterros sanitários e instalações anexas e outras atividades no âmbito do serviço de gestão de resíduos urbanos que a Delegante vier a delegar na Entidade Gestora, atento ao necessário equilíbrio financeiro.

No Contrato de Gestão Delegada é também definido o regime dos bens afetos à prestação de serviços, que são propriedade dos municípios e que foram cedidos à Ambisousa para execução do Contrato, que impende a obrigação de devolução aos municípios que os cederam, no termo do mesmo, o que se justifica pelo simples facto de a Ambisousa não ser a proprietária de tais bens.

Consideram-se afetos à prestação dos serviços pela Entidade Gestora os bens que lhe foram transmitidos pelos Municípios nos termos aí definidos, nomeadamente os ecopontos.

Por outro lado, os bens adquiridos *ab initio* pela Ambisousa (ou que venham por esta a ser adquiridos) são da sua propriedade, e não dos municípios.

Quanto a estes bens, findo que seja o Contrato, permanecerão na propriedade da Ambisousa, fazendo parte integrante dos seus ativos e da sua relação de bens, não se aplicando sobre estes a disposição do n.º 11 da cláusula 10.º do Contrato.

Assim, apenas os bens “municipais” que foram afetos à prestação de serviços reverterem para os municípios. Os demais são da propriedade da Ambisousa, quer os adquiridos até ao momento, quer os investimentos futuros, não sendo revertidos para os municípios por força do termo do Contrato. Nesta situação enquadram-se os ecopontos e aterros adquiridos/construídos pela Ambisousa.

O Contrato de Gestão Delegada está sujeito a parecer obrigatório da ERSAR, sob pena de nulidade, nos termos do preconizado no Decreto-Lei n.º 194/2009, tendo sido remetido a esta entidade para o efeito em 31/05/2019, não tendo até à data a mesma apresentado qualquer parecer. O Conselho de Administração obteve um parecer jurídico suportando que a ERSAR tem 30 dias para emitir parecer, passado este período o contrato pode ser executado, de acordo com o previsto no n.º 7 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, posteriormente alteradas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Nota 3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Com exceção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2019	2018
	Anos de vida útil	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 -20	10 -20
Equipamento básico	8 - 20	8 - 20
Equipamento de transporte	4	4
Equipamento administrativo	4 - 10	4 - 10
Outros Ativos tangíveis	3 - 20	3 - 20

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciable sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem. Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo fixo tangível ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Imparidade A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;

- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;

- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;

- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;

- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se, por um lado, às responsabilidades da Empresa com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Foram mensurados, na data de reconhecimento inicial, ao valor descontado dos custos totais estimados, à data da atribuição das respetivas licenças. Em 2019 foi efetuada uma nova avaliação do custo da selagem e da respetiva vida útil. O valor foi descontado com referência a 31.12.2019.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Empresa necessárias à sua implementação.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da Linha Reta. Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os intangíveis relacionados com as selagens dos aterros até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2019	2018
	Anos de vida útil que restam	Anos de vida útil que restam
Aterro de Lustosa	4 anos	3 anos
Aterro de Rio Mau	3 anos	2 anos

Prevê-se que o Aterro de Lustosa encerre em 2023 e o Aterro de Rio Mau encerre em 2022.

A vida útil do software é de 3 anos.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / reversões de depreciação e amortização.

(c) Participações financeiras - outros métodos

A Empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em empresas que não são Subsidiárias nem Associadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

Imparidade

A empresa avaliou a imparidade destes ativos no final do ano. Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados. A evidência objetiva de imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do emitente;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial;
- Alterações significativas com efeitos adversos que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que o emitente opere.

Todos os instrumentos de capital próprio foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

(d) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

(d.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados;
- Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

- As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(d.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício. O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa é residente em Portugal e é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%. Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(e) Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
 - Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos.
- Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

(f) Ativos Financeiros não incluídos na alínea c) acima

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os Ativos financeiros não incluídos na alínea anterior e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avalia a imparidade destes ativos. Sempre que exista uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(f.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Serviços Prestados descritos na alínea n) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea f).

(f.2) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos
- Dívidas do pessoal
- Outros devedores

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade. A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea f).

(f.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço e
- Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Ativos Não Correntes Detidos para Venda.

(g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não é reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(h) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

(i) Rubricas do Capital Próprio

(i.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(i.2) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Nos termos dos Estatutos da Ambisousa, a dotação anual para reforço da reserva legal não pode ser inferior a 10 % do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária à cobertura dos prejuízos transitados.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

(i.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

(i.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos) Esta rubrica regista também os efeitos da mudança de referencial contabilístico, tal como definido na NCRF 3.

(i.5) Outras variações no capital próprio - subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos de impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem i.e. amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

(j) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

A provisão para as responsabilidades com o encerramento dos Aterros está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- Expectativa de custo a ser incorrido;
- Data previsível da ocorrência dos custos;
- Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Os custos de restauro dos Aterros, em cuja obrigação se incorre com a atribuição das licenças de exploração dos Aterros, fazem parte do custo do ativo fixo intangível correspondente e são amortizados linearmente ao longo da vida útil dos Aterros.

A provisão é descontada à taxa de juro das obrigações do tesouro a 10 anos.

(l) Benefícios dos Empregados

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento. De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

(m) Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo.

(m.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

(m.2) Fornecedores

Os saldos de fornecedores são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado não difere do seu valor nominal.

(m.3) Outras Contas a Pagar

As outras contas a pagar, incluem: Credores por acréscimos de rendimentos; Fornecedores de investimento; Dívidas ao pessoal; Outros credores. São registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado não difere do seu valor nominal.

n) Vendas e serviços prestados

As Vendas são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data têm nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

(o) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos. Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

(p) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva.

(q) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(r) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Principais julgamentos e estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são como segue:

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

(b) Provisões para Impostos

A Empresa, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

(c) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(d) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(e) Taxa de Desconto

A provisão é descontada à taxa de juro das obrigações do tesouro a 10 anos.

(f) Custo com o encerramento

Com a obtenção das Licenças de Exploração a Ambisousa ficou com a responsabilidade de encerramento dos Aterros, nos termos da legislação em vigor.

A Ambisousa encomendou a uma entidade externa um estudo que, para além da estimativa dos custos associados a esta responsabilidade, também elaborou um plano de encerramento dos Aterros. Com as conclusões deste estudo, foi definido o valor da provisão a realizar para este efeito.

Em 2019 foi adjudicado a “Elaboração dos projetos de selagem dos aterros de Lustosa e Rio Mau”, do qual resulta uma estimativa dos custos associados e por conseguinte levou a uma atualização da provisão já contabilizada. Decorrente deste estudo também resulta uma estimativa do tempo de vida útil dos aterros.

Nota 4. Fluxos de caixa

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	17 297,89	110,77
Depósitos à ordem	5 941 882,82	2 866 165,37
Depósitos a prazo	2 500 000,00	6 505 000,00
	8 459 180,71	9 371 276,14

A linha “Outros recebimentos/pagamentos relativos à activ. Operacional” no montante de 1.509.466,76 Euros, inclui os diversos impostos liquidados pela Ambisousa, nomeadamente taxa social única, retenções na fonte, taxa SNS, IMI, FCT, etc.

Nota 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Nada a referir.

Nota 6. Partes relacionadas

Os saldos e transações com estas entidades relacionadas são os seguintes:

a) Saldos			
Entidades	2019	2018	
Câmara Municipal de Lousada	85.372,34	114.654,62	
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	78.006,19	81.573,99	
Câmara Municipal de Paredes	768.972,16	647.684,13	
Câmara Municipal de Penafiel	864.041,25	773.415,85	
Câmara Municipal de Paços Ferreira	57.528,52	97.984,92	
Câmara Municipal Felgueiras	57.776,15	51.564,01	
TOTAL	1.911.696,61	1.766.877,52	

b) Transações

Entidades	Prestação Serviços	Fornecimentos Serviços Externos	Total Líquido 2019
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	104 435	3 651	100 784
Câmara Municipal de Paredes	685 007	33 670	651 338
Câmara Municipal de Penafiel	542 678	27 730	514 948
Câmara Municipal de Paços Ferreira	375 551	56 123	319 428
Câmara Municipal Felgueiras	381 981	48 251	333 730
Câmara Municipal de Lousada	299 431	51 031	248 400
TOTAL	2 389 084	220 456	2 168 628

Entidades	Prestação Serviços	Fornecimentos Serviços Externos	Total Líquido 2018
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	84.955	7.998	76.957
Câmara Municipal de Paredes	588.498	71.099	517.399
Câmara Municipal de Penafiel	444.950	55.518	389.432
Câmara Municipal de Paços Ferreira	369.177	49.731	319.446
Câmara Municipal Felgueiras	377.899	42.444	335.454
Câmara Municipal de Lousada	291.295	43.103	248.192
TOTAL	2.156.773	269.892	1.886.881

Nota 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

31/12/2019					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas computador	13 000,75	55 867,50	0,00	0,00	68 868,25
Out. ativos intangíveis	1 002 108,31	2 739 572,99	0,00	0,00	3 741 681,30
Total	1 015 109,06	2 795 440,49	0,00	0,00	3 810 549,55
	Saldo inicial	Amortização do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas computador	13 000,05	6 206,88	0,00	0,00	19 206,93
Out. ativos intangíveis	1 002 109,01	60 679,00	0,00	0,00	1 062 788,01
Total	1 015 109,06	66 885,88	0,00	0,00	1 081 994,94
Valor Líquido	0,00				2 728 554,61

31/12/2018					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas computador	13 000,75	0,00	0,00	0,00	13 000,75
Out. ativos intangíveis	1 002 108,31	0,00	0,00	0,00	1 002 108,31
Total	1 015 109,06	0,00	0,00	0,00	1 015 109,06
	Saldo inicial	Amortização do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas computador	13 000,05	0,00	0,00	0,00	13 000,05
Out. ativos intangíveis	933 738,96	68 370,10	0,00	-0,05	1 002 109,01
Total	946 739,01	68 370,10	0,00	-0,05	1 015 109,06
Valor Líquido	68 370,05				0,00

Os outros ativos intangíveis referem-se, às responsabilidades da Empresa com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Foram mensurados, na data de reconhecimento inicial, ao valor descontado dos custos totais estimados, à data da atribuição das respetivas licenças. Em 2019 foi efetuada uma nova avaliação do custo da selagem e da respetiva vida útil. O valor foi descontado com referência a 31.12.2019.

Nota 8. Ativos tangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

31/12/2019					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					0
Terrenos	31 250,00	0,00	0,00	0,00	31 250,00
Edifícios	3 769 197,84	596 855,73	0,00	1 638 982,65	6 005 036,22
Equip. básico	1 924 565,69	77 280,12	0,00	2 833 726,14	4 835 571,95
Equip. transporte	694 319,20	1 390 997,41	0,00	0,00	2 085 316,61
Equip. administrativo	108 828,82	9 492,92	0,00	0,00	118 321,74
Outros	1 036 632,46	8 842,34	0,00	2 960,00	1 048 434,80
Investimento em curso	3 828 436,15	661 857,64	0,00	-4 475 668,79	14 625,00
Total	11 393 230,16	2 745 326,16	0,00	0,00	14 138 556,32
	Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	2 559 145,49	290 348,52	0,00	0,00	2 849 494,01
Equip. básico	1 797 991,60	257 915,91	0,00	0,00	2 055 907,51
Equip. transporte	582 841,46	118 270,35	0,00	0,00	701 111,81
Equip. administrativo	98 757,58	5 399,54	0,00	0,00	104 157,12
Outros	1 014 508,19	5 597,71	0,00	0,00	1 020 105,90
Total	6 053 244,32	677 532,03	0,00	0,00	6 730 776,35
Valor Líquido	5 339 985,84				7 407 779,97

31/12/2018					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					0
Terrenos	31 250,00	0,00	0,00	0,00	31 250,00
Edifícios	3 769 197,84	0,00	0,00	0,00	3 769 197,84
Equip. básico	1 920 271,07	9 972,14	0,00	5 677,52	1 924 565,69
Equip. transporte	601 159,04	93 160,16	0,00	0,00	694 319,20
Equip. administrativo	106 369,31	4 870,73	0,00	2 411,22	108 828,82
Outros	539 090,18	497 542,28	0,00	0,00	1 036 632,46
Investimento em curso	53 265,60	3 775 170,55	0,00	0,00	3 828 436,15
Total	7 020 603,04	4 380 715,86	0,00	8 088,74	11 393 230,16
	Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Terrenos					0,00
Edifícios	2 294 301,05	264 844,44	0,00	0,00	2 559 145,49
Equip. básico	1 718 309,85	85 359,27	0,00	5 677,52	1 797 991,60
Equip. transporte	565 410,20	17 431,26	0,00	0,00	582 841,46
Equip. administrativo	96 684,12	4 411,13	0,00	2 337,67	98 757,58
Outros	476 466,47	538 041,72	0,00	0,00	1 014 508,19
Total	5 151 171,69	910 087,82	0,00	8 015,19	6 053 244,32
Valor Líquido	1 869 431,35				5 339 985,84

As principais aquisições do ano dizem respeito às viaturas pesadas para apoio à recolha seletiva e a conclusão da obra da Reformulação dos Centro de Triagem.

Nota 9. Participações financeiras - outros métodos

O Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Vale do Sousa deliberou, no dia 25 de janeiro de 2016, a reversão gratuita da quota de 10% que detinha na Pan-Eco para a Ambisousa.

Em 2019 foram recebidos 1.500,00 € de dividendos e em 2018 4.000,00€.

Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	1 500,00	4 000,00
	1 500,00	4 000,00

Nota 10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

31/12/2019			
Descrição	Mercadorias	Matérias Subsidiárias	Total
Existências iniciais	0	55 182,55	55 182,55
Compras	908,00	310 372,01	311 280,01
Existências finais	0	62 733,40	62 733,40
Custos no exercício	908,00	302 821,16	303 729,16

31/12/2018			
Descrição	Mercadorias	Matérias Subsidiárias	Total
Existências iniciais	0	54 864,03	54 864,03
Compras	1 872,00	227 743,94	229 615,94
Reg. Existências	0	0	0
Existências finais	0	55 182,55	55 182,55
Custos no exercício	1 872,00	227 425,42	229 297,42

Não existem imparidades registadas em Inventários.

Nota 11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	31/12/2019	31/12/2018
Vendas		
- Reciclados	1 781 616,99	1 274 112,50
Prestação de Serviços		
- Deposição de resíduos	2 380 328,31	2 142 410,52
- Venda Energia Elétrica	481 334,22	591 389,70
- Venda de energia - Fotovoltaico	25 944,10	27 953,36
- Outros serviços	21 498,14	26 846,48
	4 690 721,76	4 062 712,56

Nota 12. Imposto sobre o rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

Imposto sobre o rendimento	31/12/2019	31/12/2018
Imposto corrente	152 130,27	98 947,52
Imposto diferido	0,00	0,00
	152 130,27	98 947,52

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de Imposto	
	2019	2018	2019	2018
Resultados antes de impostos	727 256	463 330		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	152 724	97 299	21,00%	21,00%
Excesso estimativa para impostos	192	0		
Depreciação e amortizações tributadas em anos anteriores	2 909	2 909		
Resultados de associadas	1500	4000		
Benefícios fiscais	12 606	12 351		
	17 207	19 260		
Donativos	900	1 150		
Correções relativas a exercícios anteriores	5	595		
Amortizações não aceites	832	0		
Rendas aluguer viaturas ligeiras passageiros não aceites	0	4 304		
Outros	1195	452		
	2 932	6 501		
Lucro tributável	712 981	450 571		
Imposto calculado	149 726	94 620		
Tributação autónoma	2 404	4 328		
Imposto sobre o rendimento	152 130	98 948	20,92%	21,36%

As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas de Balanço (Nota 14.7)		Contas de Resultados		Outras rubricas de Capital Próprio (Nota 14.7)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Impostos diferidos ativos						
Provisão não aceite fiscalmente	0	0	0	0	0	0
Impostos diferidos passivos						
Passivos por impostos diferidos	630 275	414 397	0	0	630 275	414 397

Nota 13. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte.

31/12/19					
	Saldo inicial	Efeito do desconto	Reforço Provisão	Utilização Provisão	Saldo Final
Outros	3 141 217,74	0,00	2 739 572,99	117 415,99	5 763 374,74
Outras provisões	148 786,00	0,00	0,00	0,00	148 786,00
Total	3 290 003,74	0,00	2 739 572,99	117 415,99	5 912 160,74

31/12/18					
	Saldo inicial	Efeito do desconto	Reforço Provisão	Utilização Provisão	Saldo Final
Outros	3 132 231,74	8 986,00	0,00	0,00	3 141 217,74
Outras provisões	148 786,00	0,00	0,00	0,00	148 786,00
Total	3 281 017,74	8 986,00	0,00	0,00	3 290 003,74

As provisões registadas pela Empresa referem-se, na sua maioria, às responsabilidades com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Não existem outros passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos em rubricas do Balanço, para além das quantias apresentadas nas contas de Provisões.

A política contabilística adotada no caso de dispêndios de longo prazo referentes ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento encontra-se descrita na alínea j) do parágrafo 3.1. Face ao critério utilizado, encontra-se refletida nas contas de provisões a quantia total descontada da provisão que será necessária para cobrir todos os dispêndios a longo prazo.

A quantia não descontada do passivo de longo prazo referente ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento, bem como a taxa de desconto utilizada são as indicadas no quadro seguinte:

Provisão para matérias ambientais	2019		2018	
	Lustosa	Rio Mau	Lustosa	Rio Mau
Quantia não descontada do passivo de longo prazo ao restauro dos locais de encerramento e desmantelamento	3 766 576	2 042 335	1 775 000	1 702 000
Taxa de desconto	0,41%	0,41%	1,73%	1,73%
Valor do desconto	31 396	14 141		
Valor descontado	3 735 180	2 028 194		
Data estimada de encerramento dos aterros	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2018	31/12/2020

Nota 14. Ativos financeiros

Nota 14.1 Clientes

Clientes	31/12/2019	31/12/2018
Clientes c/ gerais - Mercado Nacional	2 378 176,88	2 012 550,23
Total de Clientes	2 378 176,88	2 012 550,23

Mapa de antiguidade de saldos

31-12-2019

	Não Venc.	-90 Dias	+90 e -240D.	+240 e -360D.	+360Dias	Total
Total Geral	986.992,83	656.724,66	614.324,87	116.289,04	3.845,50	2.378.176,90

31-12-2018

	Não Venc.	-90 Dias	+90 e -240D.	+240 e -360D.	+360Dias	Total
Total Geral	731.018,91	539.165,91	575.517,57	163.462,36	3.385,50	2.012.550,25

Mais de 80% dos saldos a receber dizem respeito a partes relacionadas, cujo detalhe pode verificar-se na Nota 6 (2018: mais de 85%). O aumento do saldo deve-se, essencialmente à aplicação da tarifa única aos municípios onde se iniciou a prestação de serviços de recolha seletiva. A antiguidade dos saldos é essencialmente relativa aos Municípios.

O Conselho de Administração entende que os saldos são totalmente recuperáveis, tendo em reunião de 11 fevereiro de 2020, deliberado encetar todos os esforços no sentido de se recuperar este atraso durante o

primeiro semestre de 2020. É forte convicção do Conselho de Administração que estas medidas permitirão assegurar a sua recuperação sem perdas dos referidos saldos.

Em 2020 os Municípios liquidaram o montante de 560.255,61€.

Nota 14.2 Outras contas a receber

Outros Créditos a Receber	31/12/2019	31/12/2018
Outros devedores e credores	2 025,21	2 601,89
- Outras entidades	2 025,21	2 601,89
	2 025,21	2 601,89

Nota 14.3 Fornecedores

Fornecedores	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores c/gerais	460 749,31	229 520,01
	460 749,31	229 520,01

Nota 14.4 Outras dívidas a pagar

Outras dívidas a pagar	31-12-2019	31-12-2018
<u>Credores p/ acréscimos de Gastos</u>		
Remunerações a liquidar	153 349,07	99 072,99
Contrapartida dos Municípios	220 455,71	506 078,97
Outros credores p/ acréscimos	187 221,21	31 121,66
<u>Credores Diversos</u>		
Projeto "Tampinhas & Embalagens"	240 276,41	224 521,75
Autoridade Nacional de Resíduos	1 290 282,05	1 239 211,61
Fornecedores de Investimentos	748 374,73	674 667,04
Outros Credores Diversos	218 853,74	160 669,31
	3 058 812,92	2 935 343,33

A diminuição da rubrica **"Contrapartida dos Municípios"** deve-se ao facto de estarem acrescidos 2 períodos, em 2018.

O aumento da conta **"Outros credores p/ acréscimos"** deve-se, essencialmente à contabilização da estimativa da Taxa de Gestão de Resíduos – Não Repercutível a pagar em 2020, no montante de 119.375 €, por incumprimento das metas estabelecidas para a Ambisousa.

No âmbito do PERSU 2020, que define metas relativamente à gestão de resíduos aplicáveis à Ambisousa, o Conselho de Administração da Ambisousa aprovou um conjunto de medidas, nomeadamente, encaminhamento de RSU para uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, recolha seletiva de Resíduos Urbanos Biológicos em grandes produtores, reforço do projeto para recolha seletiva porta-a-porta em produtores não-

domésticos, otimização e reforço da Rede de Ecopontos, entre outras, a serem implementadas em 2019 e 2020, que irá permitir a Ambisousa cumprir apenas parte das metas estabelecidas.

Mesmo considerando que implementação das medidas decorra com sucesso, não será suficiente para cumprir na íntegra as metas estabelecidas, pelo que se estima a cobrança de uma Taxa de Gestão de Resíduos – Não Repercutível no montante estimado de 119.375€ (segundo a metodologia definida na legislação em vigor - Lei 82-D/2014).

O aumento da conta “**Fornecedores de Investimentos**” está relacionado com a execução da obra “Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel”.

Nota 14.5 Capital social

O capital social está totalmente subscrito e realizado e é decomposto como segue:

		Capital Subscrito	Capital Realizado
		31-12-2019	31-12-2019
Associação de Municípios do Vale do Sousa	100 %	600.000,00	600.000,00

O capital encontra-se integralmente realizado estando representado por 600.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

Nota 14.6 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Nos termos dos Estatutos da Ambisousa, a dotação anual para reforço da reserva legal não pode ser inferior a 10 % do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária à cobertura dos prejuízos transitados.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

Capital Próprio	31/12/2019	31-12-2018
Reservas		
Reservas Legais	679 000,17	642.561,95
Outras Reservas		
Reservas Livres	5 523 206,69	5.523.206,69
Reserva para Investimentos Futuros	1 717 915,93	1.389.971,97
	7 920 122,79	7.555.740,61

Nota 14.7 Outras Variações do Capital Próprio

	<u>31.12.2018</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reversões</u> <u>(nota 15.5)</u>	<u>Impostos</u> <u>diferidos</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>Variação</u> <u>Capital</u> <u>Próprio</u>
Movimentos do subsídio						
Empreitada Ampliação Estação de Triagem	-19 075	0	4 035	-847	-16 731	2 344
Candidatura Plataforma	-98 764	0	44 616	-9 369	-63 517	35 247
Reformulação Centro de Triagem	-1 439 521	-1 230 482	153 838	226 095	-2 290 070	-850 549
	-1 557 360	-1 230 482	202 488	215 879	-2 370 318	-812 958

Passivos por Impostos diferidos	<u>31.12.2018</u>	<u>Recebimento</u>	<u>Reversão</u>	<u>31.12.2019</u>
Empreitada Ampliação Estação de Triagem	-5 295	0	847	-4 448
Candidatura Plataforma	-27 327	0	9 369	-17 958
Reformulação Centro de Triagem	-381 775	258 401	32 306	-607 870
	-414 397	258 401	42 523	-630 275

O aumento desta rubrica está relacionado, essencialmente com o recebimento do subsídio ao investimento não reembolsável das candidaturas ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

A Ambisousa viu aprovada em 2016 uma segunda candidatura para “Reforço da recolha seletiva e triagem de resíduos urbanos” (POSEUR-03-1911-FC-000050). Esta candidatura consiste na reformulação das atuais estações de triagem de Lustosa e Penafiel e visa canalizar fluxos diferenciados da recolha seletiva para cada uma das instalações, tendo em vista a otimização e o reforço das estações de triagem. Nesta candidatura está prevista a “Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel” e o reforço e densificação da atual rede de ecopontos em 461 unidades. O custo total do investimento previsto é de 6.392.978 €, sendo a contribuição do fundo de coesão de 5.218.942,63 €, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 85%.

Nota 14.8 Garantias prestadas

As garantias prestadas estão espelhadas no seguinte quadro:

Beneficiário	Prestada por:	Finalidade	2019	2018
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 3/2006/INR	18.750,00	18.750,00
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 11/2006/INR	18.750,00	18.750,00
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 01/2010/CCDRN	15.875,17	15.875,17
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na renovação da Licença de Exploração n.º 11/2006/INR	134.000,00	134.000,00
Total			187.375,17	187.375,17

Nota 15. Outras informações

Nota 15.1 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Saldos a pagar	31/12/2019	31/12/2018
Imposto sobre o Rendimento	65 998,70	69 999,70
Retenção de imposto sobre rendimento	3 171,96	3 417,01
Contribuições para a Segurança Social	23 726,31	15 704,85
	92 896,97	89 121,56
Saldos a receber	31/12/2019	31/12/2018
Imposto sobre o Valor Acrescentado	566 700,94	208 790,22
	566 700,94	208 790,22

Nota 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

Diferimentos	31/12/2019	31/12/2018
Seguros	9 583,42	42 081,47
Outros gastos a reconhecer	902,13	1470,01
	10 485,55	43 551,48

Nota 15.3 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2019	31-12-2018
Trabalhos especializados	1 120 332,67	1.251.813,06
Publicidade e propaganda	57 834,11	87.654,08
Vigilância e segurança	148 741,17	142.301,15
Honorários	20 730,00	12.225,00
Conservação e reparação	257 885,47	200.802,90
Outros serviços	32 604,21	25.752,07
Materiais	133 613,96	83.319,01
Energia e Fluidos	83 248,81	56.749,86
Rendas e Alugueres	35 627,18	92.778,25
Comunicações	7 740,76	6.333,42
Seguros	77 373,21	48.888,25
Outros serviços Diversos	17 526,31	16.543,23
	1 993 257,86	2.025.160,28

*Decomposição dos trabalhos especializados:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Tratamento de Lixiviados	492 925,02	426.390,30
Controlo analítico dos Aterros	40 192,16	16.621,22
Produção de Energia Lustosa	0,00	130.920,49
Contrapartida aos Municípios	187 039,07	269.892,41
Consultoria	68 319,78	55.199,37
Produção Energia Penafiel	224 950,38	248.438,43
Serviços diversos	106 906,26	104.350,84
TOTAL	1 120 332,67	1.251.813,06

Dentro dos trabalhos especializados as maiores oscilações encontram-se na rubrica “Tratamento de Lixiviados” em que houve um aumento devido às condições atmosféricas.

A rubrica do “Controlo Analítico” registou um aumento devido à realização da caracterização dos resíduos efetuada em 2019.

Os custos com a “Produção de Energia de Lustosa” acabaram devido ao fim da concessão de 10 anos, em 30/07/2018, da exploração da Central de Valorização Energética do Biogás de Lustosa.

A “Contrapartida aos Municípios” regista uma diminuição devido à aplicação do novo tarifário aos 3 municípios onde se iniciou o serviço de recolha seletiva.

Nota 15.4 Gastos com pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com Pessoal	31/12/2019	31-12-2018
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	1.344,09
Remunerações do Pessoal	827 898,00	606.505,56
Encargos Sociais	176 285,02	129.555,89
Seguro de Saúde	56 141,19	16.247,67
Outros gastos com o pessoal	60 547,52	42.829,94
	1 120 871,73	796.483,15

Os Órgãos Sociais da Ambisousa não são remunerados.

O aumento dos custos de pessoal deve-se essencialmente ao acompanhamento do salário mínimo nacional e ao aumento do número de funcionários nomeadamente os necessários para o início da nova atividade da Recolha Seletiva.

O número de pessoas ao serviço da empresa é o seguinte:

	2016	2017	2018	2019	Variação
Contratados sem termo	38	39	37	45	+8
Contratados a termo incerto	1	1	1	1	-
Contratados a termo certo	3	5	12	39	+27
Contrato de trabalho em comissão de serviços	0	0	1	2	+1
TOTAL	42	45	51	87	+36

Nota 15.5 Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	31/12/2019	31-12-2018
Rendimentos Suplementares	58 441,15	26 455,08
Imputação de Subsídio	202 488,46	472 846,35
Correções relativas a exercícios anteriores	21 077,54	5 303,51
Outros	1 746,28	1 037,32
Juros Obtidos	10 852,38	27 051,97
	294 605,81	532 694,23

Nota 15.6 Outros gastos e perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	31/12/2019	31-12-2018
Impostos	138 430,65	89.293,21
Quotizações	11 000,00	11.240,00
Correções relativas a períodos anteriores	5,06	594,91
Atualização da Provisão	0,00	8.986,00

Outros custos	4 242,49	3.651,95
	153 678,20	113.766,07

O aumento da rubrica dos Outros Gastos e Perdas, deve-se, essencialmente à contabilização da estimativa da Taxa de Gestão de Resíduos – Não Repercutível a pagar em 2020, no montante de 119.375 €, por incumprimento das metas estabelecidas para a Ambisousa.

Nota 15.7 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos de depreciação e amortização	31/12/2019	31-12-2018
Ativos tangíveis	677 532,03	910.087,82
Ativos intangíveis	66 885,88	68.370,10
	744 417,91	978 457,92

Nota 15.8 Subsídios à exploração

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Subsídios à exploração	31-12-2019	31-12-2018
Candidatura Cheque-formação IEFP	0,00	700,00
Candidatura POSEUR 120 - Ações de educação e sensibilização para a valorização de Resíduos Urbanos (RU)	56.382,82	6.387,75
	56.382,82	7.087,75

A candidatura das “Ações de Educação e Sensibilização com vista à valorização de resíduos” foi aprovada pelo POSEUR em 2017, integrando um “Plano das ações de educação e sensibilização com vista à valorização de resíduos urbanos”. Esta candidatura, com um custo total de 117 000€, foi apoiada em 85% pelo POSEUR, o que significa que a Ambisousa apenas terá de suportar 17 550€.

Nota 15.10 Outros investimentos financeiros

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-12-2018	31-12-2018
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	3.470,58	1.419,91
	3.470,58	1.419,91

Nota 16. Acontecimentos após a data do balanço

A China reportou em 31 de dezembro de 2019 à Organização Mundial de Saúde, um foco de pneumonia de origem desconhecida. A 09 de janeiro de 2020 as autoridades chinesas sob grande pressão doméstica e

internacional identificaram uma nova estirpe da família do coronavírus como sendo o causador da doença que se convencionou designar por Covid-19.

Considerando o dinamismo da evolução epidemiológica do Covid-19 que rapidamente passou a ser classificada como uma pandemia à escala global, sendo que, entretanto, o continente europeu rapidamente se transformou no grande foco ativo desta doença, urge a tomada de conhecimento do possível impacto que esta nova realidade terá forçosamente na atividade da Ambisousa, EIM. É uma situação que vai ter impacto económico em Portugal, Europa e possivelmente no Mundo, podendo afetar as principais economias.

Com a atual incerteza quanto ao potencial impacto e duração do Covid-19 não é possível nesta fase aferir ou inferir corretamente a extensão do impacto que este constrangimento terá no exercício de 2020 e seguintes, nem é de igual forma possível prever o impacto no tecido socioeconómico do país e por consequência nos agentes económicos com os quais a Ambisousa, EIM se relaciona.

O ano de 2020 será inevitavelmente afetado de uma forma adversa por uma atividade económica mais fraca em resultado do coronavírus (Covid-19) em vários setores da economia, não obstante, é previsível que a produção de resíduos sólidos urbanos não sofra redução substancial, sendo que os principais riscos para os resultados no exercício económico de 2020 revelam-se em duas vertentes:

1. Possibilidade de redução na atividade de recolha e triagem

No caso de um agravamento dramático (não previsível) das condições sanitárias em geral e de saúde dos trabalhadores em particular poderão ficar comprometidas as atividades de recolha e de triagem de resíduos, situação esta que implicaria o envio direto dos resíduos para deposição em aterro, impossibilitando, portanto, os serviços de recolha seletiva, triagem e encaminhamento para as entidades gestoras de embalagens e consequente quebra na faturação de recicláveis.

2. Incremento da pressão sobre a liquidez

Considerando que os efeitos do Covid-19 irão afetar transversalmente toda a economia é previsível um incremento no Prazo Médio de Recebimento. Simultaneamente, a tomada de medidas de contenção e autoproteção (nomeadamente dos trabalhadores), com a aquisição de EPI's (equipamentos de proteção individual) e outros equipamentos que venham a provar ser necessários, acrescentarão uma pressão adicional sobre a tesouraria da empresa.

Um aumento do índice de preços ao consumidor não deverá ser expressivo porquanto é previsível uma injeção de liquidez nos mercados por parte das autoridades nacionais devidamente sustentadas pelas autoridades europeias, bem como a aprovação de medidas de suavização da prestação das contribuições e impostos poderá contribuir positivamente para a manutenção da estabilidade do IPC.

Na sequência do supramencionado e considerando a situação confortável da Ambisousa em termos de situação atual de liquidez, a Administração da empresa considera que existe a capacidade para encarar o curto e médio prazo com relativa confiança.

Não obstante, a Administração da empresa em articulação com as autoridades de regulação do sector, das autoridades de saúde, dos seus acionistas, e demais entidades relevantes implementou um conjunto de medidas

com vista à proteção da saúde dos seus trabalhadores, bem como à adequação da sua oferta às exigências adicionais do atual momento que vivemos. O Conselho de Administração da Ambisousa irá tomar as decisões necessárias para defender os interesses dos seus colaboradores, clientes e acionistas, que serão obviamente condicionadas pelos Despachos, Orientações, Normas e Diretrizes emitidos pelas entidades supervenientes.

A Ambisousa elaborou um **Plano de Contingência** no âmbito da Orientação n.º 006/2020, de 26/02/2020, da Direção-Geral de Saúde (DGS), para dar resposta ao cenário de epidemia provocado pelo novo **Coronavírus SARS-CoV-2**, agente causal da **COVID-19**, tendo já implementado e ativado o mesmo, bem como desencadeado algumas medidas adicionais adequadas às diferentes fases da sua evolução. Como exemplo, iremos avançar brevemente com a desinfecção/higienização de ecopontos. Neste momento mantemos as recolhas e a triagem de resíduos enquanto aguardamos o cabal esclarecimento relativamente a normas/orientações emitidas pelas entidades competentes.

Com a evolução das preocupações, no âmbito da saúde pública, devido ao aumento de casos de infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19) em contextos e ambientes variados e dada a necessidade de controlar os fatores de risco associados à gestão de resíduos quando do tratamento de doentes no domicílio, e na sequência das questões colocadas quer pela população em geral quer pelos operadores de tratamento de resíduos, nos termos do n.º 14 da RCM n.º 10-A/2020, de 13 de março, o Ministério do Ambiente e da Ação Climática emitiu orientações relativas à gestão de resíduos nesta situação de pandemia. As orientações visam garantir a proteção da saúde pública, dos trabalhadores e prevenir a disseminação da doença, compatibilizando-a com a necessidade de uma gestão eficaz e eficiente dos resíduos.

Neste documento, pretende-se esclarecer e densificar algumas recomendações (documento disponível nas páginas das entidades responsáveis na matéria). O MAAC, através da APA, acompanha em permanência as orientações emitidas pelas Autoridades de Saúde e a evolução da situação de pandemia, podendo por isso atualizar e alterar as orientações constantes neste documento.

Em paralelo foi publicado o Despacho n.º 3547-A/2020 que regulamenta a declaração do estado de emergência, assegurando o funcionamento das cadeias de abastecimento de bens e dos serviços públicos essenciais, bem como as condições de funcionamento em que estes devem operar. Este despacho, no seu n.º 1, procede à execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 14 -A/2020, de 18 de março, no que respeita aos serviços essenciais, dos quais consta na alínea c) a gestão de resíduos urbanos.

Estes dois documentos, em complemento com as orientações da Autoridades de Saúde, definem a forma de atuação da Ambisousa nesta situação.

No entanto, apesar de todas as medidas que possam ser adotadas para prevenir e mitigar os efeitos deste vírus, caso a situação se agrave, a Ambisousa poderá vir a ser confrontada com a impossibilidade de executar os serviços de recolha seletiva, triagem de resíduos ou gestão dos aterros sanitários.

Numa situação limite, os aterros sanitários de Rio Mau e Lustosa manter-se-ão ininterruptamente abertos, de forma a poder acolher os resíduos provenientes de recolhas que se efetuem nos municípios de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

Os efeitos da disseminação do vírus estão ainda a ser analisados pelas autoridades competentes, sendo expectável que venham a ser implementadas novas iniciativas com impacto na situação atual. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, não se prevê que o setor dos resíduos seja um dos mais afetados. É expectável que a curto ou médio prazo haja uma diminuição da produção de resíduos tal como já se verificou no passado, nos anos de intervenção da Troika, tendo nesta altura a Ambisousa mantido um bom desempenho económico e financeiro.

A Ambisousa, bem como a ESGRA já manifestaram, junto da Agência Portuguesa do Ambiente a preocupação não tão urgente nesta fase, mas que a médio prazo convém ser devidamente clarificada de que a paragem dos TMB e triagens e a correspondente deposição em aterro não devem ser objeto de TGR, atentas as circunstâncias de emergência ao que a Agência Portuguesa do Ambiente respondeu que “esta situação será devidamente ponderada, não sendo neste momento considerada prioritária. Não obstante, a APA está consciente da necessidade de ajuste destes mecanismos.”

A Ambisousa considera neste momento que será possível cumprir o plano de investimentos do contrato, ainda que em função desta situação o tenha de fazer mais cedo. As provisões para as selagens dos aterros deverão ser suficientes, a sua utilização poderá ter que acontecer mais cedo do que o inicialmente previsto, em virtude de a totalidade dos resíduos poder em limite ser encaminhada para aterro, o que provoca um atingimento da capacidade mais cedo.

O cumprimento das metas previstas no PERSU 2020 é também uma incógnita, mas atendendo às circunstâncias entendemos que as autoridades nacionais e europeias terão a devida ponderação sobre o tema.

A data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração foi 15 de abril de 2020.

Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

Nota 17 - Litígios e Contingências

A 31.12.2019 não existem litígios ou contingências com qualquer encargo para a Ambisousa.

Nota 18 – Proposta de aplicação de resultados

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do exercício de 2019, que ascendeu ao valor de 575.125,26 €, seja dada a seguinte aplicação:

- 10 % para Reserva Legal, na quantia de 57.512,53 €;
- A quantia remanescente, no valor de 517.612,73 €, seja aplicado na conta “Reserva para Investimentos Futuros”.

Nota 19 – Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Ambisousa, EIM., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Ambisousa, EIM não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro

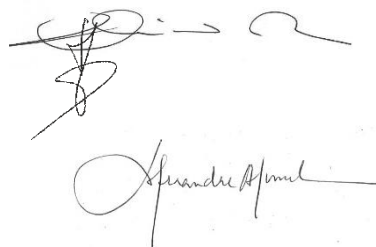
Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2018, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Lousada, 15 de abril de 2020

O Contabilista Certificado nº 21838



O Conselho de Administração,





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, E.I.M. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com duas ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, E.I.M. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2019 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros ao acionista previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2019 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2019, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 24 de abril de 2020

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Sandra e Sousa Amorim (ROC n.º 1213)
Registada na CMVM com o nº 20160824



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, E.I.M. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 21.619.618 euros e um total de capital próprio 11.464.723 euros, incluindo um resultado líquido de 575.125 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, E.I.M. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para os seguintes factos:

- ▶ Tal como divulgado na Nota 14.1 das notas às demonstrações financeiras, existem saldos a receber de clientes (em particular, dos Municípios de Penafiel e Paredes) que apresentam uma elevada antiguidade. Embora subsista incerteza quanto à tempestividade e forma de recuperação dos saldos, o Conselho de Administração deliberou, em 11 de fevereiro de 2020, medidas que permitirão assegurar a recuperação sem perdas dos referidos saldos; e
- ▶ Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na nota 16 das notas às demonstrações financeiras, são divulgados os impactos e incertezas resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus), estimados pelo Conselho de Administração para a Ambisousa, com base na informação disponível à data.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 6.º 1600-206 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited

SSA



- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento
e Gestão de Resíduos Sólidos, E.I.M.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2019

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 24 de abril de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Sandra e Sousa Amorim - ROC n.º 1213
Registada na CMVM com o n.º 20160824

Imprima este Relatório a preto e branco e em papel reciclado.

O Ambiente agradece!

ambisousa® 

**Empresa intermunicipal de Tratamento
e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM**

Av. Sá e Melo, n.º 30, Cristelos
4620-009, Lousada

www.ambisousa.pt